



INTERIOR DE MINAS:
DIAS ÚTEIS — Cr\$ 2,54
DOMINGO — Cr\$ 3,50

ESTADO DE MINAS

FUNDADOR DOS "DIÁRIOS ASSOCIADOS": ASSIS CHATEAUBRIAND

Belo Horizonte, sexta-feira, 8 de agosto de 1975



CAPITAL e Grande BH:
DIAS ÚTEIS — Cr\$ 2,00
DOMINGO — Cr\$ 3,00



CEM ANOS DE ARTHUR BERNARDES

Os biógrafos de Arthur de Silva Bernardes o descrevem assim: "Alto, um tanto magro, de olhar profundo e impressionante (através de gracioso "pinenez"), com uma voz de timbre agradável, algo soturna, avaro de palavras e, não obstante sua visível austeridade, dono de um senso de humor revelado apenas aos mais íntimos." Tal era, segundo Paulo Krüger Corrêa Mourão, a figura, o aspecto físico, o porte do grande político mineiro. Ex-caracense, era rígido e procurou marcar sua vida, principalmente, pela coerência. Católico de princípios, era, para João Neves da Fontoura, "religioso como um espanhol da Idade Média". Virgílio de Melo Franco revelou que Bernardes "supunha-se — e o dizia a seus amigos — um predestinado, um enviado de Deus para desempenhar uma alta missão".

A vida

Arthur Bernardes nasceu a 8 de agosto de 1875, na cidade de Viçosa, Zona da Mata, há precisamente 100 anos. Seus pais, o português Antônio da Silva Bernardes e Maria Aniceta Bernardes, não eram abastados mas dispunham de pequena renda para darem ao filho uma sólida educação e um ambiente familiar reservado e preservado de crises financeiras e políticas. Em 1885, com dez anos de idade, portanto, ele já se encontra no Colégio do Caraça, considerado na época o melhor estabelecimento de ensino de Minas e talvez do Brasil, não só pela solidez dos estudos mas também pela rigorosa disciplina.

Deixou o Caraça e voltou à sua terra, onde se empregou no comércio. Em 1895 foi para Ouro Preto, a fim de fazer o curso de Humanidades, para se matricular, em 1896, na Escola Livre de Direito de Ouro Preto. Em 1898, pelo fato de haver sido a Escola transferida para Belo Horizonte, foi para São Paulo, onde se bacharelou em 1900, aos 25 anos de idade. Formado, retornou à sua terra natal, onde iniciou o exercício da advocacia. Talento e eficiente, só isso, porém, não bastava para integrá-lo no grupo dirigente da cidade, aquela época de vinculações familiares mais estreitas do que hoje. Acontece, então, que ele começou a namorar Clélia Vaz de Mello e com ela se casou em 15 de julho de 1903. Assim entrou mais facilmente na área política, substituindo seu sogro Carlos Vaz de Mello, senador federal que havia falecido meses depois de seu casamento. Religioso, disciplinado e sobretudo bem informado do movimento político nacional, Ar-

thur Bernardes fez carreira rápida. Assim, foi vereador municipal, chegando, logo, à presidência da Câmara e Agente Executivo de Viçosa. Foi deputado estadual em 1907 e em 1910 Bueno Brandão, presidente de Minas, nomeia-o secretário das Finanças, função que exerceu durante todo o quadriênio do governo. Em 1915 foi eleito deputado federal. Em 1918 é candidato à presidência do Estado. Logo após sua posse, morreu o presidente Rodrigues Alves e Arthur Bernardes foi apontado para substituí-lo. A Constituição de 1891 determinava que o vice-presidente, Delfim Moreira, convocasse novas eleições. Arthur Bernardes recusa o convite alegando inexperiência e por não se julgar preparado. Foi então escolhido Epitácio Pessoa, pois Altino Arantes, governador de São Paulo, também não aceita a candidatura, alegando não ter condições.

Durante o seu governo em Minas, Bernardes enfrentou dificuldades políticas, por não concordar com a chamada "tarasca" — nome popular da Comissão Executiva do Partido Republicano, então chefiada pelo ex-presidente Francisco Salles. Ele controlava a política e exercia o seu comando de acordo com os interesses das oligarquias e dos "coronéis" do interior. Arthur Bernardes decidiu assumir o controle do partido. Daí o ostracismo político em que ficou Francisco Salles e a série de animosidades políticas levantadas contra seu governo. Mas Bernardes marcou sua posição numa questão, ainda hoje na ordem do dia, embora com nomes diferentes, a "questão da Itabira Iron", como veremos mais adiante.

A República

Recente monografia histórica, com supervisão de Sérgio Buarque de Holanda, descreve assim, em linhas gerais, o quadro político nacional, quando surgiu a candidatura Arthur Bernardes à Presidência da República: "As camadas urbanas brasileiras viam seus interesses preteridos pelo prolongado domínio dos cafeicultores, orientados para uma política agrícola. O Exército acreditava-se desprestigiado pelo ostracismo a que fora relegado Hermes da Fonseca, desde o fim de seu mandato, bem como pela nomeação de civis (Pandiá Calógeras e Raul Soares) para os ministérios militares, na gestão Epitácio Pessoa. O próprio Epitácio e vários políticos de Estados menores irritavam-se com a hegemonia São Paulo-Minas e esperavam apenas uma oportunidade para rompê-la. Os interesses financeiros que se ocultavam por trás da "Itabira Iron"

instaram-se a esses setores insatisfeitos, articulando uma candidatura de oposição para concorrer às eleições de 1922".

É lançado o nome de Nilo Peçanha para candidato da oposição, que logo recebeu o apoio dos influentes Estados de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, além do Estado do Rio, terra do candidato. A oposição recebeu o nome de "Reação Republicana".

Duas cartas, uma contendo graves acusações ao Exército e outra ao candidato da oposição Nilo Peçanha, atribuídas a Arthur Bernardes, e cuja autoria foi por este negada, vieram lançar lenha na fogueira da campanha presidencial, principalmente depois de sua divulgação pelo "Correio da Manhã". O Clube Militar divulgou nota dizendo que, de modo algum, aceitaria a candidatura do político mineiro, enquanto o presidente Epitácio Pessoa garantia, pelo menos, uma coisa: a posse daquele que fosse eleito. Arthur Bernardes não se intimidou e, inclusive, viajou para o Rio de Janeiro, palco da agitação.

Manteve sua candidatura, mesmo depois de uma comissão de honra formada para analisar as cartas concluir por sua autenticidade.

Arthur Bernardes não se abateu, dizendo saber muito bem de que eram capazes as paixões humanas. Era religioso e quase um místico. Dizem seus familiares que era costume dela, nas horas de maior crise, recolher-se e rezar o terço às vezes até de joelhos. No Rio, ao ser perguntado pelas cartas, não perdeu o seu senso de humor ao se referir aos erros de gramática nelas contidos. Disse, então: "Meu pai, português severo, não me permitiria coisas desse tipo."

A campanha prosseguiu com incidentes menores, mas graves, e a 1.º de março de 1922 Arthur Bernardes era eleito o 12.º Presidente da República. No dia 24 de maio de 1922 um fato veio confirmar sua inocência no episódio das cartas falsas: Jacinto Guimarães e Oldemar Lacerda, autores das mesmas, foram a cartório confessar que foram eles os responsáveis, dando provas suficientes de que falavam a verdade. Nem isso, porém, acalmou os ânimos, tendo o governo de Epitácio Pessoa enfrentado várias revoltas militares, entre as quais o famoso episódio dos "18 do Forte de Copacabana". Neste período acabou também sendo preso o marechal Hermes da Fonseca, por determinação do Presidente. A posse de Arthur Bernardes se realizou a 15 de novembro de 1922.

A gestão do Chefe de Estado não foi mais tran-

quila do que a campanha do candidato. Os problemas de infra-estrutura e os institucionais não haviam sido resolvidos e Arthur Bernardes acabou tendo de governar, mais da metade do seu período, com o País em "estado de sítio".

Enfrentou várias revoltas nos quartéis, tendo lutado, durante seu governo, contra dois fatos marcantes na História do Brasil: o "Tenentismo" e a "Coluna Prestes". A 15 de novembro de 1926, Bernardes deixa a Presidência da República, depois de eleito seu sucessor, Washington Luís, presidente de São Paulo, dando prosseguimento à política do café-com-leite e assegurando o controle do País pelos dois grandes Estados. No final de seu governo, Bernardes havia conseguido estabilizar a situação financeira, tendo inclusive decretado a suspensão do estado de sítio.

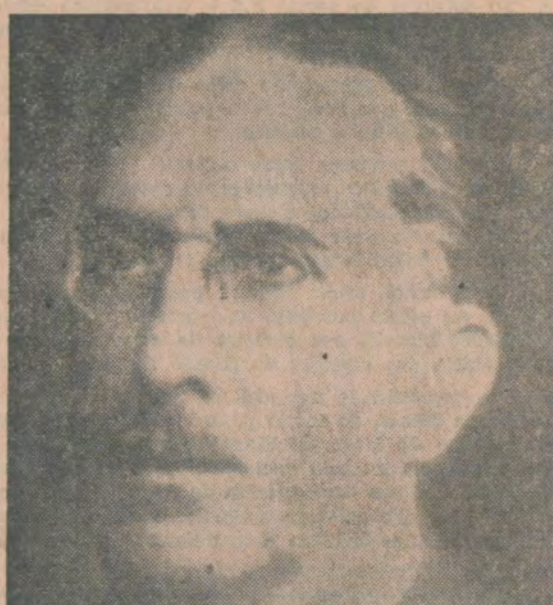
Deixando o governo, Bernardes viaja para a Europa, não participando das lutas políticas, que tumultuaram aquele período. Quando retornou, em 1929, tornou conhecimento da situação e dos ideais defendidos pelos mineiros. Fez parte do movimento conhecido por Aliança Liberal e votou em Getúlio Vargas para presidente da República. Tentou organizar em Minas, em 1932, um movimento em favor da Revolução Constitucionalista de São Paulo que irrompeu naquele ano. Foi preso e enviado ao Rio de Janeiro. Recolhido à Ilha das Cobras e depois à Ilha do Rio, confirmou, em seus depoimentos, que, de fato, queria organizar um levante em Minas, assumindo a responsabilidade. Seus direitos políticos foram cassados e ele teve de se asilar em Portugal. Na sua partida para aquele país, em 4 de dezembro de 1932, sofreu um atentado, no qual saiu ferido o seu filho Arturzinho. Em 1935, retornou ao Brasil, já com 60 anos de idade, assumindo a presidência do Partido Republicano e as funções de deputado federal. Sobreveio o golpe de 37 e ele retornou a Minas, onde desenvolveu novas atividades contra a instalação da "Itabira Iron". Assinou o Manifesto dos Mineiros contra a ditadura de Vargas e, em 1945, embora com 70 anos, com a queda do Estado Novo, prepara-se para voltar à vida pública, filiando-se à UDN. Abandonou a União Democrática Nacional para voltar às origens, passando a dirigir o antigo PR. Foi eleito deputado à Constituinte de 46. A partir de 48, passou a defender a criação de uma companhia nacional e estatal do petróleo. Novamente deputado em 54, entrou em nova campanha nacionalista, depois de ver concretizada a Petrobrás: a luta em defesa da Amazônia. Sua morte se deu no dia 23 de março de 1955.



Arthur Bernardes quando se formou em Direito, em 1900



Secretário das Finanças de Bueno Brandão, de 1910 a 1914



Presidente do Estado, no quadriênio de 1918 a 1922



Presidente da República no quadriênio 1922 a 1926

“No fundo, era um revolucionário no sentido mais nobre da palavra”

Já nem saberia vos dizer a minha emoção e do meu reconhecimento pelas palavras, repassadas de generosidade, com que vem de ser evocada a memória de meu pai pelos nobres deputados.

Elas me são tanto mais caras porque partidas desta tribuna ilustre, com seus foros esgrégios, e de onde, há algumas décadas, o homenageado de hoje partiu para um longo itinerário. No entanto, por mais que o destino o elevasse às culminâncias do poder, nunca deixou de exaltar as raízes natais, como se vê deste trecho de discurso, que pronunciou aí por 1929, em agradecimento a uma homenagem: “A Minas disciplinada e ordeira, no trabalho pertinaz e fecundo de seu nobre povo; a Minas pacífica e digna, de cujo seio brotam as fontes morais da vida cívica, em que é sempre possível, haurir novas forças, abeirando-nos da austeridade sadia do lar mineiro, onde perenemente se cultuam a família, a religião, a Pátria, o dever, a memória sagrada das gerações que se foram, que ajudaram a fundar e organizar a Nação; à brava gente mineira, à sua colaboração preciosa e decisiva na obra cada dia acelerada e acrescida da nossa civilização; a Minas de hoje — guarda fiel e continuadora das tradições mais rútilas de nossa história, na afirmação cada dia mais vigorosa de sua florescente atualidade, irmanada e confundida na sua evolução com a Pátria Brasileira, na mais perfeita e absoluta identificação de ideais; ao Estado de Minas, da poderosa irradiação desta hora, fiéis todos nós ao lema — “a grande Minas num Brasil maior” — a Minas Gerais, senhores, nas realizações magníficas do presente, no esplendor de seu futuro”.

Orá, quando meu pai cerrou os olhos para sempre, nossa dor e nossa tristeza só encontraram lenitivo na saudade, pela evocação dos quadros e dos cenários de sua vida, junto da família ou longe dela. Estou a vê-lo, fosse em Vígosa, Belo Horizonte, São Paulo ou Rio de Janeiro, com a riqueza de sua trajetória, marcada pelo zelo aos seus, e que se desdobrava, através de uma perfeita comunhão de sentimentos, no devotamento à causa pública. Como que rejeio o seu perfil, sempre nítido, com as mesmas linhas, sem curvas e sem reticências, no lar ou fora dele, tendo como pano de fundo suas lutas pelo bem coletivo.

Muito embora houvesse tido que enfrentar a adversidade para conseguir estudar e formar-se em Direito, nunca lhe arrefeceu o ânimo na realização de seus propósitos. Daí a sua longa jornada, com a incorporação de muitas vitórias, sempre identificado, de corpo e alma, com os graves problemas de sua província e de seu País. No correr de uma vida que conheceu momentos gloriosos, manteve-se fiel à modestia de suas origens. Quando estudava no Caraga, foi obrigado a interromper os estudos por falta de recursos, empregando-se como caixeiro em pequenos estabelecimentos comerciais, primeiro em Coimbra, distrito de Vígosa, e depois na cidade de Rio Branco, onde chegou a ser guarda-livros da casa, por sua conduta e boa caligrafia. Ainda na mocidade, ingressou num batalhão patriótico, ao tempo da campanha de Canudos, quando parecia que a República corria risco. Em 1897, escreve no jornal ACADEMIA um artigo em comemoração da data da libertação dos escravos. Para cursar a Faculdade de Direito de São Paulo, tornou-se revisor do Correio Paulistano e lecionava Latim e Português no Instituto de Ciências e Letras.

O destino haveria de levá-lo de vereador da Câmara Municipal de seu município à presidência da República, tornando tão curta a distância entre Vígosa e o Catete. Até porque ele chegaria à suprema magistratura da Nação ainda moço, com apenas quarenta e se-

te anos de idade, depois de haver exercido outras funções de relevo como as de membro desta Casa, secretário da Fazenda, deputado federal, governador do Estado de Minas. Mais tarde, após haver cumprido o seu mandato presidencial, seria eleito senador da República. Um natural constrangimento me impede de pôr em relevo a grande obra administrativa e política que levou a cabo nessas diversas etapas de sua carreira e que o credenciaram ao mando supremo.

Atenho-me à figura humana do homem, para lembrar a sua imagem — aquela que me ficou na memória e no coração — de pai, esposo e amigo. Severo e discreto, cordial mas sem intimidade, era sempre igual a si mesmo, assim na vida privada como na vida pública. Ao lado de minha mãe que era, permiti que vos diga, uma das razões de sua força, cuidou da educação dos filhos, incutindo-lhes os grandes ensinamentos da honra, do dever, da caridade. Mais do que as palavras, educava a família nos exemplos de sua vida. Austero, sem intransigência, simples, sem afetação; honesto, sem alarde. Nunca lhe percebi o desânimo, nem mesmo naquelas horas de tormenta, de descargas de ódios e de ultrajes, tão frequentes em seu revólto itinerário. Como que o revejo, andando com as mãos entrelaçadas às costas; ou então, no escritório, debruçado sobre os livros ou, ainda, a escrever seus trabalhos e discursos, numa letra caprichada, com aquela sólida cultura humanista, em que forjara a personalidade. De resto, nele coincidiam as virtudes do homem e do cidadão. Falando do povo era como se falasse de alguém de sua maior intimidade, ao jeito dos antigos patriarcas que faziam da família o prólogo da Pátria.

Ao tomar uma decisão, fazia-se de pronto acatado porque a sua vontade, nascida do desinteresse pessoal, era quase sempre o eco das aspirações populares. Por isso mesmo, dele se poderia esperar o que se escreveu do estadista francês: enquanto ele não tivesse falado, sentia-se que as grandes coisas não haviam sido ditas.

Homem de uma fé profunda, era católico praticante, sempre a nos encarecer a prática dos deveres religiosos, como a primeira razão moral do comportamento. Em seu sistema, não era uma simples abstração a trilogia famosa: Deus, Pátria e Família. Como se tivesse o pressentimento do fim próximo, escrevia, horas antes da morte, uma mensagem, inacabada por sinal, e que encontramos sobre sua escrivaninha. Apesar de já divulgada, vale a pena transcrevê-la para conhecimento desta Casa: “O fim do homem é Deus, para o qual devemos preferentemente viver. Eu, porém, vivi mais para a Pátria, esquecendo-me dele. A ele devemos conta do que aqui fizemos de nossa vida, e eu a tive longa. Recoso de não poder resgatar minha falta no pouco tempo que me resta, apesar de sua infinita misericórdia, peço aos meus amigos, correligionários e brasileiros de boa vontade que me ajudem a supri-la com uma prece”.

A austeridade, a dignidade, a simplicidade dos costumes, como era de vício desses antigos estadistas, faziam em meu pai as vezes de uma segunda natureza. Definiam sua maneira de ser, seu estilo de vida, sua filosofia política, o fundo ético de seu civismo. Costumava mesmo dizer que o vigor de sua autoridade — o que o susteve em horas amargas do destino nacional — não provinha do apoio da maioria do povo e das Forças Armadas, mas estava nele próprio, nos fundamentos morais de sua formação e da de sua família, em cuja probidade e compostura em vão resvalava a fúria dos inimigos, dos demagogos, dos iconoclastas.

Com a solerte cumplicidade de escribas pagos, cuidou-se de desfigurá-lo, procurando criar-se a imagem de um homem violento e rancoroso. Era, no entanto, cordial e ameno, sensível e sincero, violentado em seu temperamento pela má fé cínica do ódio político. Em 1945, quando da queda de Getúlio Vargas, ficou deveras preocupado com a sorte de Gustavo Capanema, que fora ministro da Educação do ditador. A hora era de pânico, propícia às vinditas. Meu pai então lhe telefonou para dizer que fosse acolher-se em nossa casa, onde estaria a coberto de eventuais vexames. Não guardava o menor ressentimento de Capanema que, como Secretário do Interior, em 1932, mandara prendê-lo, ao ensejo da Revolução Constitucionalista. Do mesmo modo, anos mais tarde, apoiaria a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República, colocando o interesse nacional acima de quaisquer considerações de ordem pessoal. Esquecia os agravos do antigo adversário, o bravo soldado que, na Revolução de 24, tripulava um avião, na tentativa de bombardear o Palácio do Catete, só não o conseguindo por haver seu aparelho caído na Serra do Mar, na cidade de Cunha.

Esse nobilitante passo na sua velhice exalta, amadurecida no fragor das lutas e na consciência do dever cumprido, cedo conduziu-me a ampliar sua administração pelo Brigadeiro Idealista e evangelizador, tornando-se seu amigo e transmitindo a minha mãe e seus filhos o mesmo sentimento de estima e apreço.

Teria procedido igual com Getúlio, a quem sempre combatiera, procurando-o para defender o monopólio estatal do petróleo, então na ordem do dia. De resto, pagava também por terceiros. Foi o caso do Almirante Protógenes Guimarães que, durante a campanha presidencial, definira-se ao lado de meu pai. Chegara mesmo a desfilir o Batalhão Naval, em frente do Correio da Manhã, o inimigo impiedoso e cruel, como que a demonstrar ao vivo o apreço em que a Marinha de Guerra tinha o candidato. Pois um dia, tarde da noite, já na Presidência da República, o General Santa Cruz, chefe da Casa Militar, lhe dá conta da prisão, em um prédio da rua Acre, de militares ali contrabandados em conspiração contra o governo. O seu chefe era muito precisamente Protógenes Guimarães. Um tanto aturdido, meu pai manda buscar o preso ilustre:

— Senhor Almirante, estou em que me deve uma explicação. Ainda tenho bem viva a sua solidariedade em horas difíceis. Em que mudel eu, que lhe fiz eu para que o senhor se atirasse contra o meu governo?

— Nada, senhor Presidente, retrucou Protógenes, atônito pela inesperada interpelação. Mantenho o apreço e o respeito em que sempre o tive. Meu problema é dentro da própria Marinha, de sentido que estou com o seu Ministro.

Não obstante, meu pai foi sempre o alvo preferido de quantos nunca puderam suportar os sentimentos do brío e da altivez. Ainda não houve neste País alguém tão caluniado e tão perseguido. Já nada direi do insulto e das injúrias, das intrigas e da difamação com que procuraram feri-lo durante a campanha presidencial. Mas recordarei que a baixa política de alguns e o rancor de outros, nunca desceram tanto como nos atos praticados para retirar seu nome de logradouros públicos, hospitais e outras instituições, como se não passasse de um réprobo quem encanecou no serviço do seu País. Em 32, quando deportado pela ditadura, depois de frustradas tentativas de assassiná-lo em Vígosa, Barão de Mauá e filha do Rio. passaram

Arthur Bernardes Filho foi quem agradeceu, em nome de sua família, a homenagem que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais prestou, na última quarta-feira, à memória de seu pai, nas comemorações do centenário de seu nascimento. Presentes deputados e altas autoridades civis e militares, além de uma delegação de representantes da Arena e do MDB na Assembléia do Estado do Rio e numeroso público, que lotou as galerias.



Antes de proceder à leitura de seu discurso, Arthur Bernardes Filho agradeceu ao presidente da Assembléia, deputado João Ferraz, a sua resolução de ornamentar a mesa principal com cravos vermelhos, que foi o símbolo e a cartela de identidade de todos os correligionários de seu pai, na campanha pela presidência da República.

A seguir, na íntegra, o discurso de Arthur Bernardes Filho:

do os municípios de Minas, que já teriam pegado em armas, no preciso momento em que as circunstâncias aconselhavam o adiamento; a interceptação, em Uba, de outras instruções, tudo isso conduzia o movimento ao desastre. Entregando-se voluntariamente à polícia, que o perseguia, para evitar maiores sofrimentos aos amigos, meu pai avocou, no inquérito instaurado, a total e exclusiva responsabilidade de tudo. Novamente em 37, lançava-se contra o governo, apoiando a candidatura de Armando de Sales Oliveira. Em 43, assinando o Manifesto dos Mineiros, trazia-lhe o prestígio do seu nome e de suas lutas.

“A história de Napoleão é certamente a mais ignorada de todas as histórias”, escreveu Léon Bloy. Pois estas palavras se ajustam à vida de meu pai. Na verdade, nunca um homem foi tão deformado pela calúnia, pela solécia. A fé púlica de seus detratores usou de todas as mentiras e de todas as vilezas para desfigurá-lo, na vã tentativa de torná-lo odioso. Tudo debalde porque o povo madrugou no apoio ao líder que trazia insculpid no próprio caráter a predestinação do gênio político. Realmente como não ver em Bernardes um alto momento dos destinos nacionais? Faço tabula rasa desses atributos e daquelas virtudes que lhe formam a personalidade marcante, compondo a figura histórica de quem, com sua severidade e seu panache, foi, não raro, a última instância da ordem civil. Prefiro ater-me a um fato deveras sugestivo. É que Bernardes emerge de nossa evolução política, como um marco, um ponto de partida. Era um homem do passado na medida em que sua formação começou no velho Caraga, tinha algo de clássico e lá beber nos exemplos da antiga virtude republicana, feita de singeleza e austeridade. E era um homem do futuro, sempre se atualizando e sempre se renovando, pela intransigente defesa das ideias, dos propósitos e da problemática do desenvolvimento econômico. No governo de Minas, faz a mais profunda renovação política ainda havida, entre nós, abrindo caminho para essa geração de estadistas, que surgem a partir dos anos dezzenovos. Presidente da República, empenha-se numa cruzada pela elevação do caráter nacional, apelando para as autoridades estaduais no sentido de que em todas as escolas de ensino primário se institua a educação moral, cívica e social da mocidade.

Um traço de sua personalidade que merece ser rememorado nesse Augusto recinto foi a sua constante preocupação com a juventude, especialmente com a educação moral das gerações que despontavam. Em telegramas circulares aos Presidentes de Estado ele revela a sua preocupação com os moços das escolas ao sugerir “a consagração em todas as escolas brasileiras, de ensino primário, de um dia da semana para a educação moral e cívica — principalmente moral dos nossos jovens patriotas”.

Referindo-se a esse telegrama na notável Conferência que pronunciou no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Paulo Pinheiro Chagas, com a magia da sua palavra, se espelha em reflexões sobre o texto, dá-lhe os contornos do seu talento e do seu gênio literário, para afirmar que Bernardes “procurava criar a harmonia entre o mundo moral e o mundo político, cuidando educar as novas gerações no amor das virtudes cívicas”.

O problema social também fora objeto de sua permanente atenção. A Legislação surgida depois de 30, não é obra exclusiva da ditadura que, apenas, reeditou preceitos de leis já existentes,

fazendo-o entretanto desordenadamente, e emoldurando-as com as cores próprias do interesse político e da demagogia da época.

As linhas mestras da Legislação Trabalhista, datam da Presidência Bernardes de 1922 a 1926, e não do período discricionário de após 30.

A estabilidade dos ferroviários após 10 anos de serviço, foi instituída em 24 de janeiro de 1923, pelo Decreto n.º 4682; a 30 de abril de 1923, foi criado o Conselho Nacional do Trabalho, para organização do Trabalho e da Previdência Social, quanto a horário, remuneração, contratos coletivos de trabalho, conciliação e arbitragem, acidente de trabalho, seguros, aposentadorias e créditos. E ainda pelo Decreto n.º 4982, de 24 de dezembro de 1925, foram instituídas férias a empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários, regulamentado pelo Decreto 1749, de 30 de outubro de 1926.

Mas, o que acima de tudo impressiona conteúdo e dimensão à severa figura desse homem de Estado, é o seu nacionalismo, já posto à prova na Presidência de Minas pelo combate viril ao monopólio e aos privilégios pretendidos pela Itabira Iron e contramido mais tarde no Parlamento, através da luta pela Petrobrás e contra o convênio da Hileia Amazônica. Este mereceu uma acurada conferência que fez no Clube Militar, começando por mostrar que cerca de três milhões e meio de quilômetros quadrados daquelas florestas da bacia amazônica pertenciam ao Brasil. Aceitar o Instituto Internacional da Hileia Amazônica era submeter-se à tutela da Unesco, com a renúncia pelo Brasil da soberania da aquela região, para partilhá-la com outras nações. Meu pai foi o verdadeiro líder da estatização do petróleo, firmemente apoiado por duas forças que sempre o tinham combatido: o “tenentismo” e o comunismo.

Orá, essa permanente preocupação com as novas gerações, e com os temas nacionalistas bem define o teor de sua filosofia política, feita de meditação e profecia. Já era nacionalista há mais de meio século. Tudo a mostrar que ele tinha um pensamento pós-datado em relação ao seu tempo. Como se fosse um contemporâneo dos dias atuais, quando o nacionalismo é a suprema razão dos povos, em quaisquer regimes e em todas as latitudes. É que em Bernardes há que se ver um divisor de águas, separando duas épocas. De um lado, o homem antigo, inspirado nas recordações da Inconfidência, com suas reações nativistas; e do outro, o homem moderno, apegado ao monopólio estatal, com sua prerrogativa.

Senhor Presidente, percebo que já me vou alongando mais do que seria razoável. E que a vida de Bernardes, aqui lembrada em tão belas palavras, pelos oradores que me precederam, desdobra-se ao jeito de uma experiência perene, que se renova a cada momento. Em nome de minha família trago a esta Ilustre Assembléia Legislativa os protestos de nossa gratidão pela homenagem que vem de ser prestada à memória de meu pai. E vos me relevares, senhores deputados, se de algum modo me excedi no seu elogio. Se o fiz, foi em razão de uma atitude subconsciente, partindo da premissa de que ele teria de ser visto por mim como um exemplo e uma lição, e nunca como um assunto doméstico. Homem de estatura histórica, em quem a fé e a política se irmanavam, na piedade e na virtude, em sua boca teriam o mais profundo sentido as palavras de Lamartine, ao afirmar que “o evangelho é democrático, o cristianismo republicano”.

NACIONALISTA CONVICTO

Bruno de Almeida MAGALHÃES

O CONCEITO de nacionalismo no Brasil tem variado desde os tempos coloniais. Teve origem depois que algumas gerações aborígenes adquiriram consciência da própria Pátria.

O Brasil foi descoberto quando Portugal começou a decair da grandeza atingida em consequência das descobertas marítimas. Distante milhares de léguas submarinas da sede da metrópole, passou no fim de algum tempo a tornar-se um peso para o reino lusitano, e daí o crescimento paulatino da capitania de além mar.

No século XVIII, em que já se encontrava suficientemente povoado e com veleidades de crescimento, começou o Brasil a possuir uma consciência nacional.

Surgiram, então, as primeiras relações nativistas — célula mater do nacionalismo moderno — tais como as reações de Bequimão e Vieira de Melo no norte e as de Felipe dos Santos e Tiradentes no Sul, todas oriundas da extorsão da metrópole.

Quando se tornou politicamente independente, as manifestações nacionalistas começaram a variar, a princípio ante os anseios recolonizadores das antigas metrópoles europeias manifestadas nos Congressos de Verona e Laybach de que foi epílogo a Confederação do Equador e depois a “noite das garrafadas” de que decorreu a abdicção do primeiro imperador.

Durante o período regencial, o nacionalismo foi idêntico a dos romanos contra os metecos: repulsa e intrusão dos portugueses nos assuntos domésticos através do partido caramuru, o que só cessou após a nacionalização.

ção da independência com a maioria do segundo imperador.

Na segunda metade do século XIX as manifestações nacionalistas consistiam no desagravo ao brío nacional contra os atentados praticados à sua soberania, tais como a questão Christie durante a monarquia e depois ante a ameaça de intervenções estrangeiras, durante a Revolta Armada nos altares da I República.

No decorrer do século XX o nacionalismo passou a ter um aspecto econômico, consistente no domínio e transformação das próprias riquezas.

Não nos recordamos do nome de um economista de fama mundial, que considerava pobre o país que não tivesse ferro, carvão e petróleo.

Era uma carapuça sobre o Brasil. Nessa ocasião o Professor Olavo Freire, consagrado matemático, caricaturou o Brasil como um gigante delatado sobre uma burra. Era uma verdade rude e que por isto não podia deixar de ser dolorosa para os brasileiros.

Os conceitos acima foram expostos na primeira década do século corrente, na ocasião em que Arthur Bernardes iniciava sua carreira de estadista como gestor máximo das finanças do Estado de Minas Gerais.

Sua mentalidade nacionalista tinha se manifestado na última década do século passado, no apoio estudantil ao governo do Marechal Floriano, que encarnou a última resistência do brío nacional contra as potências estrangeiras. Minas Gerais, terra de Arthur Bernardes, era o lugar em que existiam as maiores reservas minerais de ferro. Lá se iniciava a manufatura do ferro gu-

sa, graças ao grande idealista que foi José Joaquim de Queiroz Júnior, fundador da usina que tem seu sobrenome.

Com a I Grande Guerra, iniciada um mês antes de Arthur Bernardes deixar o cargo de secretário das Finanças, tornou-se urgente e premente a solução do problema da manufatura do ferro. Dessa época é que data verdadeiramente o surto da siderurgia no Brasil. Arthur Bernardes assumiu a Presidência de Minas Gerais, dois meses antes do término da I Grande Guerra. Menos de um ano depois começou a ambição siderúrgica nascida no exterior.

Antes de assumir o governo, conta o presidente Epitácio Pessoa, seu encontro com Percival Fariburto nos Estados Unidos e o projeto apresentado ao Congresso Nacional antes de sua posse e que se converteu na Lei n.º 339, de 3 de janeiro de 1920. Começou então a atuação de Arthur Bernardes em torno de assunto tão relevante.

O que ele então pensou, encontra-se em discurso pronunciado 17 anos depois, quando deputado federal, como oposicionista a um governo constitucional em vésperas de se transformar em ditadura. “A situação do Brasil em face de seu minério de ferro é a que ele já teve em relação à borracha”...

A mesma perspectiva que ele entendeu é a que ele queria evitar, isto é, que o ferro fosse exportado sem ser industrializado.

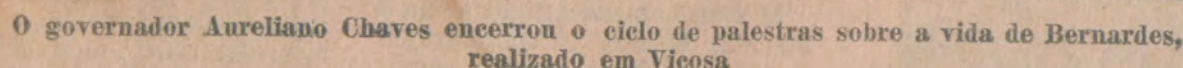
Das suas divergências em torno da execução do aludido

do diploma legal, que impediram a solução do problema durante o tempo em que governou o Estado.

No primeiro ano em que presidiu o País pretendeu resolvê-lo, mas o problema da ordem pública, surgido no ano seguinte, fez com que tivesse de ser adiado. Só na II República, quando deputado federal, oposicionista ao governo federal, é que pôde retornar ao assunto, da tribuna da Câmara dos Deputados. Esta atitude foi um exemplo de civismo e uma lição de patriotismo desinteressado, desconhecido não até então, mas até hoje no Brasil, onde os homens públicos só se interessam pelos grandes assuntos, quando estão gozando as delícias do poder para depois tirar proveitos.

O discurso por ele pronunciado na Câmara aos 10 de junho de 1937, acerca da Itabira Iron, contém a história da siderurgia sobre todos os seus aspectos. Trata-se de um trabalho claro e objetivo a todos acessível e que deve servir de lição ao problema da siderurgia no Brasil. O assunto perdeu oportunidade com o advento da ditadura. Durante esta, o problema foi adiado dentro do ponto de vista defendido e sustentado por Arthur Bernardes e entrou no ativo da ditadura, considerado uma de suas benemerências.

O Decreto-Lei n.º 3.002, de 30 de janeiro de 1941, criou a Companhia Siderúrgica Nacional para manufatura do ferro e o de n.º 4.352, de 1.º de junho de 1942, encontrou a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia e Itabira de Mineração S.A., formando a Companhia Vale do Rio Doce, destinada a extração do ferro dentro do programa nacionalista de evitar sua evasão.



O centenário de nascimento do ex-presidente Arthur da Silva Bernardes, que vem sendo comemorado há já alguns meses, segundo programação elaborada por uma comissão especial designada pelo governador de Minas, terá seu ponto alto no dia de hoje, 8 de agosto, data do nascimento do ex-chefe do Governo. As 9h, em frente ao Palácio da Liberdade, será realizada cerimônia cívica, com o hasteamento das Bandeiras de Minas e do Brasil e discurso do governador Aureliano Chaves, seguindo-se missa em ação de graças às 10h, no Palácio Cristo-Rei, celebrada pelo arcebispo metropolitano, Dom João de Resende Costa.

O programa comemoratório desenvolvido no âmbito de Minas Gerais incluiu vários ciclos de conferências sobre a vida do ex-presidente da República, festividades escolares em todos os estabelecimentos oficiais do Estado, edição especial do "Minas Gerais" dedicada a Arthur Bernardes, sessão especial da Assembleia Legislativa e outras comemorações. Por outro lado, em todos os Estados brasileiros, entidades culturais também estão realizando homenagens ao ex-presidente, estando previstas outras comemorações no âmbito do Congresso Nacional, especialmente na Câmara Federal.

perior de Agricultura, teve início a sessão solene em homenagem ao ex-presidente da República. Discursos inicialmente o reitor Antônio Fagundes de Sousa, que fez um histórico da Universidade de Viçosa, desde 1920, quando Bernardes, então governador de Minas, deliberou criar no Estado uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária, nos moldes dos "Land Grant Colleges", que, nos Estados Unidos, haviam dado os melhores resultados e desenvolvido a ciência agropecuária daquele país". Depois de citar referências do ex-presidente à Universidade por ele criada, o reitor Fagundes de Sousa, frisou que "estes testemunhos de Bernardes são, para nós, um motivo de constante orgulho e de perene preocupação: de orgulho, porque honra-nos tê-lo como nosso criador e benfeitor; preocupação, porque devemos cultivar sua memória e seu exemplo, com dignidade e constância. E facilito vivarmos do orgulho de nossa origem, mas é terrivelmente árduo o difícil mantermos sempre viva e livre a bandeira dos ideais tão puros de Bernardes. Mercê de Deus, esta Universidade tem sido digna do seu fundador, e tem sabido realizar seu ideal com honra e mérito. O passado tem sido nossa inspiração, para preparar, no presente,

As comemorações do centenário de nascimento de Arthur Bernardes, em Minas Gerais, foram organizadas por uma comissão especial designada pelo governador do Estado e integrada pelos srs. Clóvis Salgado, seu presidente, Abgar Renault, José Carlos Campos Christo, Orlando Magalhães de Carvalho, João Nogueira de Resende, Cyro Maciel e Paulo Campos Guimarães.

De acordo com a programação, desenvolveram-se esta semana, na cidade de Viçosa, terra natal do ex-presidente, intensas comemorações, culminando com uma sessão solene na Universidade Federal, e a inauguração solene de uma placa comemorativa, dando o nome de Arthur da Silva Bernardes ao prédio da Escola Superior de Agricultura.

Essas solenidades levaram a Viosa o governador Aureliano Chaves, o vice-governador Ozanam Coelho, o presidente da Assembléa Legislativa, deputado João Perra, o ministro Abgar Renault, orador oficial, o secretário Agrippino Abranches Viana, da Agricultura, os deputados Aécio Cunha e Cyro Maciel, o professor Clóvis Salgado, o ex-senador Arthur Bernardes Filho e a sra. Conceição Bernardes, filhos do ex-presidente da República, o presidente da Fundação Pandá Calogeras, professor Edgar de Vasconcelos, o sr. Carlos Vaz de Melo Megale, diretor da Usiminas, além de grande número de autoridades mineiras.

No saguão do prédio principal da Universidade Federal de Viçosa, o governador Aureliano Chaves inaugurou a placa comemorativa, sendo saudado pelo professor José Brandão Fonseca, que destacou a iniciativa de Fernandes, quando presidente do Estado, de 1918 a 1922, idealizando a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, cuja inauguração ele pessoalmente realizou quando já ocupava a posição de presidente da República. Disse mais o orador que "a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária foi, sem dúvida, uma das mais importantes contribuições deste grande brasileiro ao seu País. O sucesso da iniciativa talvez tenha ultrapassado as expectativas mais otimistas, quando da sua inauguração, há quase 50 anos atrás".

O diretor da Escola Superior da Agricultura salientou, por outro lado, que numa época em que a maioria das escolas do País seguia outros modelos filosóficos, a Universidade Federal de Juiz de Fora, rapidamente, projetou-se no cenário nacional pela ênfase dada à pesquisa e ao preparo de seus professores".

Concluindo, afirmou que o nome de Arthur da Silva Bernardes "na fachada deste prédio e neste saguão servirá de exemplo e estímulo a todos aqueles que aqui passarem, para que possam trabalhar levando às gerações presentes e futuras os frutos da semente que ele pessoalmente plantou neste mesmo local".

Em seguida, no auditório da Escola Su-

Em seguida, no auditório da Escola Su-

prior de Agricultura, teve inflexão a sessão solene em homenagem ao ex-presidente da República. Discursou inicialmente o reitor Antônio Fagundes de Sousa, que fez um histórico da Universidade de Viçosa, desde 1920, quando Bernardino, então governador de Minas, deliberou criar no Estado uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária, nos moldes dos "Land Grant Colleges", que, nos Estados Unidos, haviam dado os melhores resultados e desenvolvido a ciência agropecuária daquele país". Depois de citar referências do ex-presidente à Universidade por ele criada, o reitor Fagundes de Sousa frisou que "estes testemunhos de Bernardino são, para nós, um motivo de constante orgulho e de perene preocupação: de orgulho, porque honra-nos tê-lo como nosso criador e benfeitor; preocupação, porque devemos cultivar sua memória e seu exemplo, com dignidade e constância. É fácil-nos vivermos do orgulho de nossa origem, mas é terrivelmente árduo o difícil mantermos sempre ativa e livre a bandeira dos ideais tão puros de Bernardino. Mercê de Deus, esta Universidade tem sido digna do seu fundador, e tem sabido realizar seu ideal com honra e mérito. O passado tem sido nossa inspiração, para preparar, no presente, um futuro cada vez mais promissor para Minas e para o Brasil".

O orador oficial da solenidade, ministro Abgar Renault, referindo-se à atuação de Bernardes na vida pública brasileira, disse que "não apenas o seu Estado natal — a sua cara Minas, como gostava de chamar-lhe — senão também o Brasil se enriqueceu com seu pensamento e sua ação, que nunca perderam a altitude do sentido público, so fio dos longos anos de toda uma vida por inteiro dedicada à política e à administração. Na descoragem, na falta de profundidade intelectual, na desnudez moral da vida pública do Brasil de então, a figura de Arthur da Silva Bernardes assomava com os atributos essenciais de um símbolo". E perguntou: "Que símbolo encerrava a sua vida? Que se tornou possível a esse homem sóbrio e grave manter a sua autoridade pública e gravar no estatuto do poder, com a mesma estatura, o mesmo tônus, a mesma intensidade? Por que não perdeu nunca a sua palavra a severa tonalidade de sabedoria, conselho, advertência e orientação, que o caracterizava?"

Re: prosseguiu o ministro Abgar Renault: "Duas virtudes cruciais exprimam a sua personalidade, e, a nome, verbi, clamarem e explicarem melhor que tudo a sua força sem contraste, que viveu e dominou enquanto lhe ardeu a chama alta e nobre do destino; o sentido público da sua existência e a fidelidade ao que elegera como seu ideal. Pela primeira dessas virtudes, ausentou-se de tudo quanto fosse restrito ou privado e consagrou-se moral, intelectual, física, totalmente ao coletivo, ao geral, ao Estado, como instrumento de criação larga e circular para a cegueira providencial dos verdadeiros homens públicos, jamais entregou a mesquinhaaria das infirmitades de qualquer interesse que servisse ao seu mundo individual. Tudo nele foi elevado e grande, porque tinha as suas dimensões, e essas dimensões eram públicas e profundamente nacionais, e sua a primeira lição herdada ao Brasil: não pode haver, não há realmente grandeza onde o sentido das coisas e os interesses públicos se contaminam e esval em miúdas e ralas cogitações de natureza doméstica, ou seja, particular. Pela segunda daquelas virtudes — a fidelidade ao ideal — nunca se desviou do caminho. Bernardes da sensibilidade do seu caminho, de uma linha pura e inextinguível, que apontava ao sentido da altura do que no sentido de harmonia; queremos dizer — buscava a harmonia antes de buscar a direção do que está próximo ou é imediatamente utilitário."

O governador Aureliano Chaves, que encerrou o ciclo de palestras sobre Bernardes, promovido em Viçosa, fez uma conferência de improviso, referindo-se inicialmente às palavras do ministro Abgar Renault, "que retirou a história e projetou diante de nós a figura de Arthur da Silva Bernardes.

com a mesma precisão e a mesma maestria com que o grande Miguel Ângelo retirou de um bloco frio de mármore a divina figura da Pietá". E prosseguiu: "Depois das palavras deste extraordinário professor Abgar Renault, dir-se-á que não há mais nada a dizer. Mas creio que a mim, me impõe neste momento o dever de governador do Estado e, também, de decisão, de manifestar, em poucas palavras, todo respeito, todo apreço e toda admiração a Arthur da Silva Bernardes, figura tridimensional, de cidadão, de político e de estadista. São indiscutivelmente três manifestações de uma mesma personalidade, que marcou a sua passagem, nesta vida, pela verticalidade de suas atitudes. Podemos dizer, sem receio de equívocos, que o presidente Arthur Bernardes, ao longo de sua vida bem vivida, deixou-nos a projeção de uma imagem que, à medida em que o tempo passa, se cristaliza mais claramente diante de nós. E o mais extraordinário é que *ele*, como homem público, foi sobretudo e antes de tudo o estadista, que é exatamente aquele que é capaz de enxergar através dos pontos opacos, quando comumente os chamados políticos pragmáticos enxergam, quando enxergam, apenas através dos pontos transidisciplinares".

Chaves mals o governador Aureliano Bernardes que "oda a vida publica de Bernardes se caracterizou por uma permanente visao do Brasil do amanha. Basta consultar, mesmo de maneira inturruptoria e superficial, os atos praticados por Bernardes, quer como governador de Minas, que como presidente da Republica". Alem de destacar que foi ele o precursor da legislacao trabalhista no Brasil, o governador acrescenta que Bernardes "negou-se firme e decididamente a permitir que as riquezas naturais, nao renovaveis, do nosso Estado, fosse dizer, que o nosso minerio de ferro, fosse predatoriamente explorado. E com que sabedoria, pois justamente no mundo de hoje vese a grande preocupacao de todas as nacoes com os fenomenos da poluicao ambiental, decorrentes do desenvolvimento tecnologico".

Completo dizendo que "ao longo de sua vida, o grande presidente manteve uma sequência lógica, natural, firme e decisiva, não tanto de palavras, mas principalmente de palavras que identificavam o comportamento. Por tudo isso, é-nos profundamente honroso "comparecer a esta cerimônia, justamente nesta extraordinária Escola Superior de Agricultura de Viçosa, que honra o ensino deste País, e que também foi uma obra da sua visão do Brasil do amanhã".

O último orador da cerimônia em Viçosa foi o ex-senador Arthur Bernardes Filho, manifestando os agradecimentos aos homenageados, em nome da família do ex-presidente da República. Bastante emocionado, num discurso de improviso, ele relembrou principalmente fatos relativos à criação da antiga Escola de Agricultura e Veterinária, explicando que "isso me leva a, realmente, ter os olhos lançados pela saudade do meu pai, porque sei quanto ele sofreu com o propósito que então existia de se destruir esta obra".

"Meu pai nunca foi um homem de rotina: foi um reformador, foi um combatente", disse o ex-senador mineiro, acrescentando: "Meu pai nunca foi um misso nem um demisso, nunca foi um medroso. Antes, pelo contrário, foi um combatente que, no fragor das lutas, engariava adeptos que o seguiram pela vida toda. Dele, poderia dizer muita coisa, mas, o que melhor se tem dito, é o que aqui repetido, foi a sua capacidade de prever o futuro das nações".

No final, citou passagem da vida pública de seu pai, quando "no mais acesso à luta política e da revolução militar contra o seu governo, um mineiro soube comigo, como que querendo tranquilizá-lo, essas-lhe estas palavras: 'Bernardes, você está seguro, porque tem a maioria das forças Armadas e o povo com você'". Esta foi a resposta do presidente: "Sim, mas o que aqui me sustenta é a minha honradez e a minha austeridade".

A black and white portrait of a man with a mustache, wearing a suit and tie, looking directly at the camera. The man has dark hair, a prominent mustache, and a serious expression. He is wearing a dark suit jacket over a light-colored shirt and a dark tie. The background is plain and light-colored. The portrait is framed by a thin black border.

Os representantes de todas as delegações constitucionalistas prisioneiros na Casa de Detenção, paulistas gaúchos, cariocas, ^{brasilenses} cearenses, ^{sergipanos} paraenses, maranhenses, pernambucanos, ^{paraná} paraguayanos e mineiros, companheiros de prisão de Arthur Bernardes Filho, têm a alegria de comunicar no dia de hoje, à sua virtuosa mãe, a Senhora Arthur Bernardes, exemplo e modelo das virtudes cívicas da mulher brasileira, que o seu filho agora preso, guarda intactas as serenias virtudes de carácter de lealdade e de fé inquebrantável na vitória da causa pela qual elle passa as horas mais bellas da sua ardente e intépida mocidade.

Casa de Detenção 11 de Setembro de 1932

[illegible]

Bernardes e seu filho Arturzinho, na praça Silviano Brandão, em Vicosã

Carlos Paz de Mello Moraes
 1. de Janeiro de 1872
 2. de Janeiro de 1872
 3. de Janeiro de 1872
 4. de Janeiro de 1872
 5. de Janeiro de 1872
 6. de Janeiro de 1872
 7. de Janeiro de 1872
 8. de Janeiro de 1872
 9. de Janeiro de 1872
 10. de Janeiro de 1872
 11. de Janeiro de 1872
 12. de Janeiro de 1872
 13. de Janeiro de 1872
 14. de Janeiro de 1872
 15. de Janeiro de 1872
 16. de Janeiro de 1872
 17. de Janeiro de 1872
 18. de Janeiro de 1872
 19. de Janeiro de 1872
 20. de Janeiro de 1872
 21. de Janeiro de 1872
 22. de Janeiro de 1872
 23. de Janeiro de 1872
 24. de Janeiro de 1872
 25. de Janeiro de 1872
 26. de Janeiro de 1872
 27. de Janeiro de 1872
 28. de Janeiro de 1872
 29. de Janeiro de 1872
 30. de Janeiro de 1872
 31. de Janeiro de 1872
 32. de Janeiro de 1872
 33. de Janeiro de 1872
 34. de Janeiro de 1872
 35. de Janeiro de 1872
 36. de Janeiro de 1872
 37. de Janeiro de 1872
 38. de Janeiro de 1872
 39. de Janeiro de 1872
 40. de Janeiro de 1872
 41. de Janeiro de 1872
 42. de Janeiro de 1872
 43. de Janeiro de 1872
 44. de Janeiro de 1872
 45. de Janeiro de 1872
 46. de Janeiro de 1872
 47. de Janeiro de 1872
 48. de Janeiro de 1872
 49. de Janeiro de 1872
 50. de Janeiro de 1872
 51. de Janeiro de 1872
 52. de Janeiro de 1872
 53. de Janeiro de 1872
 54. de Janeiro de 1872
 55. de Janeiro de 1872
 56. de Janeiro de 1872
 57. de Janeiro de 1872
 58. de Janeiro de 1872
 59. de Janeiro de 1872
 60. de Janeiro de 1872
 61. de Janeiro de 1872
 62. de Janeiro de 1872
 63. de Janeiro de 1872
 64. de Janeiro de 1872
 65. de Janeiro de 1872
 66. de Janeiro de 1872
 67. de Janeiro de 1872
 68. de Janeiro de 1872
 69. de Janeiro de 1872
 70. de Janeiro de 1872
 71. de Janeiro de 1872
 72. de Janeiro de 1872
 73. de Janeiro de 1872
 74. de Janeiro de 1872
 75. de Janeiro de 1872
 76. de Janeiro de 1872
 77. de Janeiro de 1872
 78. de Janeiro de 1872
 79. de Janeiro de 1872
 80. de Janeiro de 1872
 81. de Janeiro de 1872
 82. de Janeiro de 1872
 83. de Janeiro de 1872
 84. de Janeiro de 1872
 85. de Janeiro de 1872
 86. de Janeiro de 1872
 87. de Janeiro de 1872
 88. de Janeiro de 1872
 89. de Janeiro de 1872
 90. de Janeiro de 1872
 91. de Janeiro de 1872
 92. de Janeiro de 1872
 93. de Janeiro de 1872
 94. de Janeiro de 1872
 95. de Janeiro de 1872
 96. de Janeiro de 1872
 97. de Janeiro de 1872
 98. de Janeiro de 1872
 99. de Janeiro de 1872
 100. de Janeiro de 1872

Quando todas as forças vivas da memória nacional se reúnem para comemorar o centenário do inesquecível presidente Arthur da Silva Bernardes, Ouro Preto, povo e autoridades, juntam-se a essas comemorações cívicas. Não poderia ser de outra maneira: como principal monumento vivo da História deste País, Ouro Preto é a expressão irredutível de todas as forças que, através dos séculos, lutaram para a implantação da verdade soberânica do Brasil, pela presença da nação brasileira nos quadros de um novo mundo emergente e inquieto.

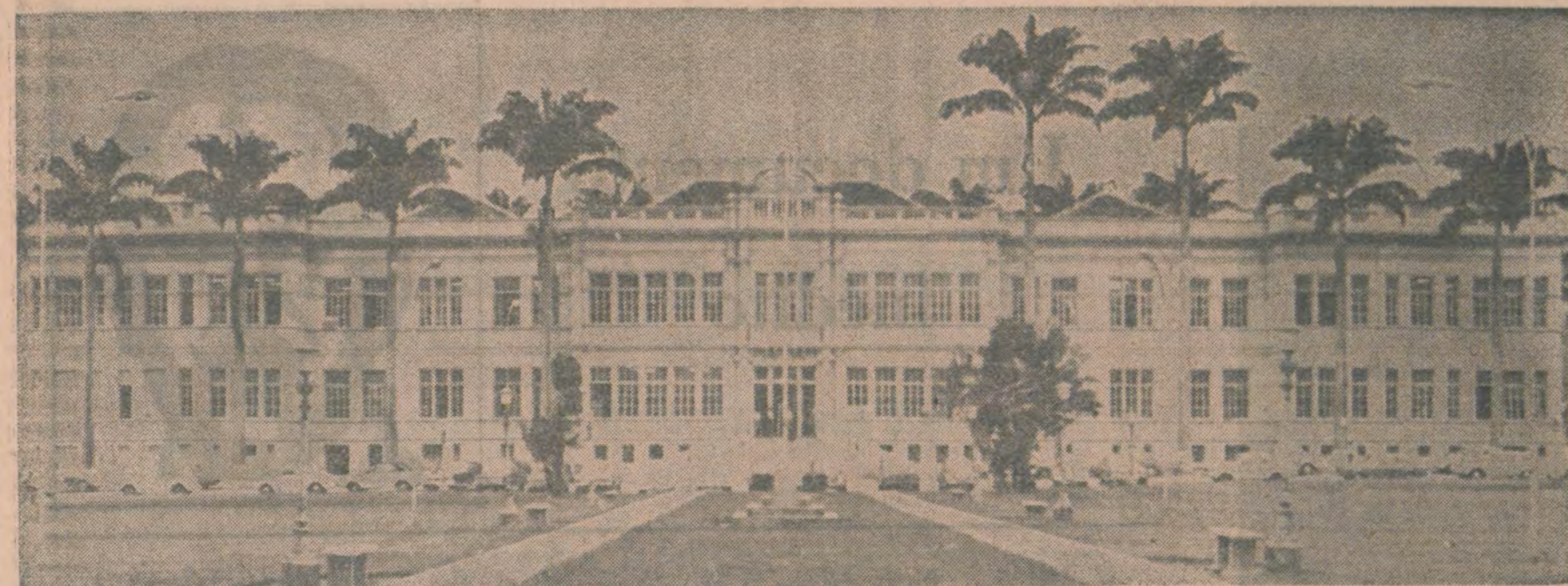
Certamente por determinação histórica, foi em Ouro Preto que Arthur da Silva Bernardes afiou, pela primeira vez, os instrumentos que iria empunhar durante toda a sua existência, na defesa de ideais que tanto se confundiram com os próprios ideais de Minas Gerais. Em Ouro Preto, fez seus estudos preparatórios. Em Ouro Preto, iniciou-se nas lides do aprendizado das letras jurídicas. Durante cerca de um lustro abeberou-se nas melhores fontes desse sentimento de brasilidade, que faz parte até do ar que em Ouro Preto se respira, das pedras que em Ouro Preto se pisam, da translúcida paisagem que em Ouro Preto se fazem confundir, num mesmo gesto, passado e presente, de uma nação a caminho de seu futuro.

Cultuando a memória de Arthur da Silva Bernardes, Ouro Preto, pelos representantes de seu povo, cultua a memória nacional, no que ela tem de mais expressivo e importante: a firme determinação com que se constroem os fundamentos políticos, morais e éticos de um País.

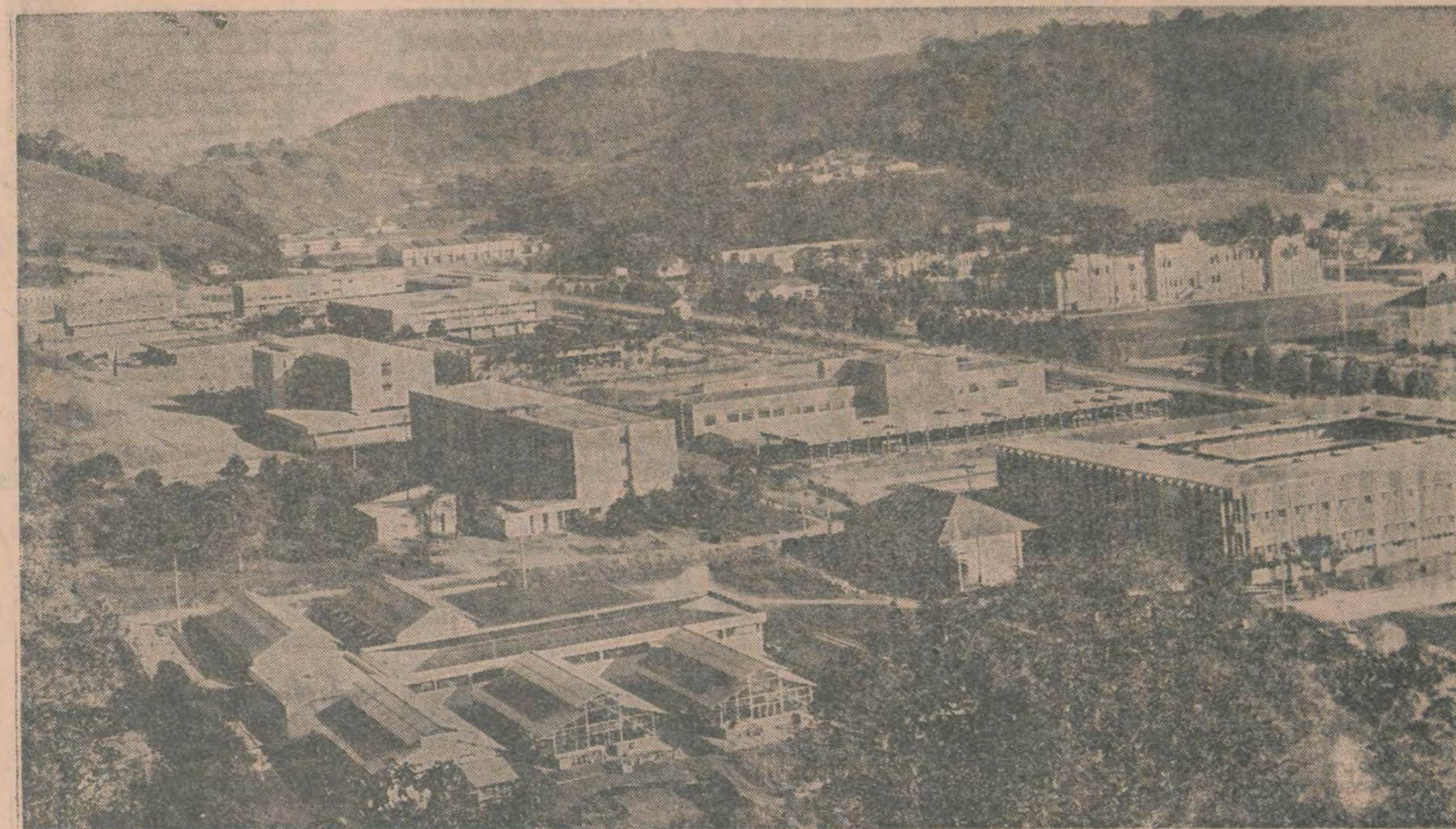
No uso dessa firmeza, poucos brasileiros se terão destacado tanto, no transcorrer de sua vida, como Arthur da Silva Bernardes.

Ouro Preto, 8 de agosto de 1975

Genival Alves Ramalho
Prefeito Municipal
Leôncio Bartolomeu Guimarães
Presidente da Câmara de Vereadores
Theodulo Pereira
Presidente do Diretório Municipal da Arena



Prédio Principal da Universidade Federal de Viçosa. Nele funciona a Escola Superior de Agricultura



Vista parcial do Campus da Universidade Federal de Viçosa

Universidade Federal de Viçosa reverencia o seu fundador

Numa época em que o mundo se debate com o problema da escassez e produção de alimentos necessários para atender à demanda, sempre crescente, das populações que aumentam em progressão geométrica, o aperfeiçoamento das ciências e tecnologias agrárias se apresenta como uma das principais bases de trabalho para a solução do problema.

"O Brasil se destaca como a grande alternativa para suprir o mundo de alimentos, com os seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais, apenas 2% não são aptos à total exploração da agricultura ou de recursos naturais", conforme disse o ministro Alisson Paulinelli, da Agricultura, parabenizando os formandos da Universidade Federal de Viçosa, em 1974.



A inauguração da Universidade Federal de Viçosa foi no dia 28 de agosto de 1926 pelo presidente da República, Arthur da Silva Bernardes, 3 meses e 18 dias antes de completar o seu mandato de presidente. Presente, também, o sr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, que assumiu o governo de Minas a 7 de setembro de 1926

Surge daí a importância do ensino das ciências e das técnicas de produção agrária, para o aproveitamento racional das nossas potencialidades, neste campo, tarefa em que se acha profundamente empenhada a Universidade Federal de Viçosa, na Zona da Mata de Minas Gerais.

Ainda neste sentido, o professor Antônio Fagundes de Sousa, reitor da Universidade Federal de Viçosa, explicou que "sem a base de uma agricultura sólida e de uma pecuária desenvolvida, a segurança econômica de uma nação, jamais estará segura, porque, sociedade humana, que é a humanidade, dependerá sempre dos fatores primários do abastecimento", cabendo à UFV, ao lado de outras instituições congêneres, a "tarefa histórica de preparar a mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento das atividades agropecuárias brasileiras, recrutando, na juventude do País, o seu quadro de estudantes, futuros técnicos e pesquisadores das Ciências Agrárias".

História

Finda a época da exploração do ouro, que proporcionou ao Estado uma fase de opulência e brilho, as atividades agrícolas passaram a ocupar grande parte da população de Minas Gerais. Com o correr do tempo, a imprevidência e as práticas de rotina saquearam os solos mineiros e as enxurradas levaram sua preciosa fertilidade. A pecuária, embora um derivativo para o aproveitamento das terras empobrecidas, não constituiu uma solução do problema para a população rural, dado o

empirismo com que era praticada. A miséria e o desespero castigavam os rurícolas, pedindo uma providência.

Muitos homens públicos, em diversas épocas, preocuparam-se com o problema, porém, coube ao dr. Arthur da Silva Bernardes a glória de lançar as bases para a sua solução. Foi assim que, na qualidade de presidente do Estado (cargo que corresponde, hoje, ao de governador) e tendo como seu secretário de Agricultura o dr. Clodomiro Augusto de Oliveira, iniciou o processo pela assinatura da Lei n.º 761, de seis de setembro de 1920, que autorizava ao Governo do Estado criar uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), transformada mais tarde em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), e, federalizada, finalmente, no Governo Costa e Silva, ficando conhecida como Universidade Federal de Viçosa (UFV).

A Lei 761 deixou bem claro o espírito que deveria dominar na instituição, conforme pode verificar-se pelo artigo 4.º: — "Esta Escola terá por objetivo ministrar o ensino prático e teórico da agricultura e veterinária e bem assim realizar estudos experimentais que concorram para o desenvolvimento de tais ciências no Estado de Minas Gerais".

Resolveu o Governo do Estado, de início, que a Escola fosse estabelecida nos moldes dos "Land Grant Colleges", dos Estados Unidos da América, cujas atividades nos três campos básicos da filosofia em que foram fundados: ensino, pesquisa e extensão, deram extraordinário desenvolvimento à agropecuária naquele país.

Ainda, em 1920, o Presidente do Estado pediu ao Embaixador do Brasil em Washington, José Cochrane de Alencar, que conseguisse do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, através do Departamento de Estado, a indicação de um especialista capaz de "fundar, organizar e dirigir uma Escola Agrícola moderna". Peter Henry Rolfs, antigo deão da Escola de Agricultura da Universidade da Flórida, veio, viu e ficou, abraçando a tarefa com carinho. E hoje, uma erva erigida defronte à entrada do prédio principal da UFV, perpetua o reconhecimento e a homenagem que lhe prestam os mineiros.

Muito trabalhosa foi a construção da Escola por diversos motivos, como a carência de pessoal habilitado, a dificuldade na aquisição de material, a falta de confiança nos destinos da obra, e as oscilações políticas, mas houve, durante toda a construção, o maior empenho na diminuição das despesas e foi seguida rigorosamente a seleção do pessoal, dando-se admissão aos mais capazes e conservando-se os mais dedicados. As compras realizaram-se, de preferência, pelo regime de concorrência administrativa e os fornecimentos, mesmo o da madeira bruta, procedente das matas do Rio Doce, foram feitos pelos próprios produtores, afastando-se desse modo o intermediário.

Após heróicos sacrifícios de muitos, a inauguração oficial da Escola realizou-se em 28 de agosto de 1926, com grande solenidade e festejos, sob a presidência do fundador da instituição, então Presidente da República, dr. Arthur da Silva Bernardes. Estiveram presentes à inauguração o Presidente do Estado, dr. Fernando de Melo Viana; o Secretário da Agricultura, dr. Daniel Serapião de Carvalho; numerosas autoridades e o público em geral.

A realidade atual

Desde sua fundação, a Universidade Federal de Viçosa tem orientado sua atuação pela trílogia Ensino, Pesquisa e Extensão, oferecendo, atualmente, os seguintes cursos de graduação: Agronomia, Ciências, Economia Doméstica, Engenharia e Tecnologia de Alimentos, Tecnologia de Cooperativismo, Tecnologia de Laticínios, Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal, Pedagogia e Zootecnia. Como se vê, ao lado das Ciências Agrárias, florescem, na Universidade Federal de Viçosa, as Ciências Exatas e Humanas, formando técnicos, pesquisadores e educadores para o apoio ao desenvolvimento do País. Para ministrar estes cursos, a Universidade tem um cuidado todo especial na escolha do seu corpo docente. São 276 professores, 143 deles têm cursos de mestrado, e 50, de doutorado, que fazem da U.F.V. uma das universidades mais qualificadas em termos de ensino superior, preocupação esta que vem desde a época de sua fundação. Tanto é assim que, além dos números citados acima, 44 de seus professores estão fazendo cursos de Ph.D. no exterior.

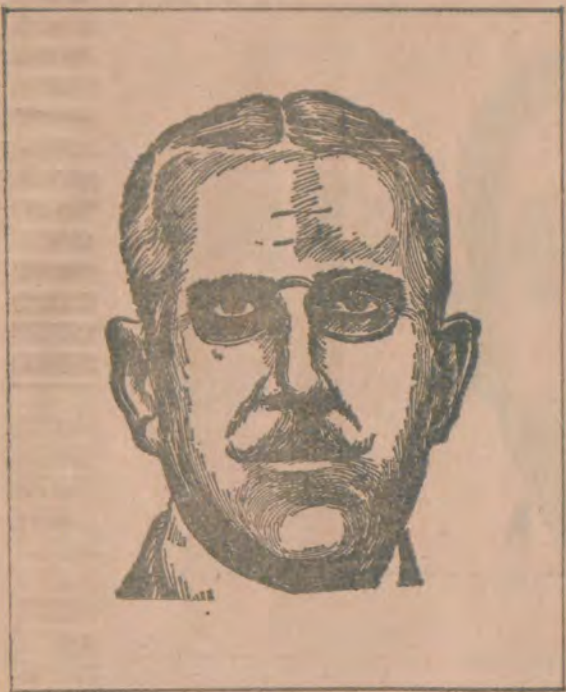
Através da sua Divisão de Assistência, a U.F.V. oferece aos seus 3.711 estudantes, uma série de serviços, como: praça de esportes, alojamentos, restaurante, serviço médico e odontológico, além de assistência cultural e social. Aos alunos carentes de recursos, são oferecidas bolsas-de-estudos, reembolsáveis após a conclusão do curso.

Sempre pioneira no campo das Ciências Agrárias, a Universidade Federal de Viçosa foi a primeira do Brasil a instalar curso de pós-graduação, visando à obtenção do título de "Magister Scientiae". Já a partir de 1961, foram iniciados os cursos de Economia Rural e Horticultura, a nível de mestrado. Com o passar dos anos, o leque de opções foi aumentando, e, atualmente, são oferecidos 12 cursos de pós-graduação. A nível de mestrado, podem ser frequentados: Economia Rural, Engenharia Agrícola, Extensão Rural, Fisiologia Vegetal, Fitotecnia, Microbiologia Agrícola, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciência Florestal e Zootecnia. A nível de doutorado, existem os cursos de Economia Rural, Fitotecnia e Zootecnia.

Para complementar o ensino ministrado em suas escolas, a Universidade Federal de Viçosa possui uma Biblioteca, considerada a melhor da América Latina, na área específica das Ciências Agrárias. A Biblioteca é o centro dinâmico da instituição, uma vez que presta serviço aos usuários 18 horas por dia.

Colocar profissionais altamente qualificados no mercado de trabalho brasileiro já é uma grande contribuição ao surto de desenvolvimento nacional. Mas, ao longo de sua história, a U.F.V. não se limitou a este trabalho. Vários produtos, que hoje são lugares-comuns na agricultura nacional, tiveram suas variedades desenvolvidas, melhoradas e adaptadas às condições do País pela Universidade Federal de Viçosa. Desta maneira o primeiro milho híbrido produzido no Brasil teve sua origem em Viçosa, bem como o arroz-agulha Esav. O feijão preto Rico 23, lançado em 1959 pela Universidade Federal de Viçosa, tem uma capacidade de produção de 30 a 50% maior que as outras variedades comumente usadas pelo povo brasileiro.





Mais recentemente, a Universidade Federal de Viçosa vem se dedicando à experimentação com soja, e três novas variedades foram criadas: Viçoja, Mineira e UFV-1. Os resultados, que os técnicos vêm obtendo com as novas variedades, mostram que seus rendimentos médios já superam os mais altos índices registrados por essa cultura em campos de produção dos Estados Unidos. Além disso, a Universidade Federal de Viçosa, através do seu Centro de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro, é a responsável pela introdução da cultura da soja naquela importante região de Minas Gerais.

Por outro lado, a Universidade Federal de Viçosa lidera, no País, os estudos sobre o controle e procura de variedades resistentes à ferrugem do café. Seus pesquisadores já conseguiram determinar fungicidas mais eficientes para o controle da enfermidade e dosagens e épocas de aplicação mais adequadas; já conseguiram coleções de variedades resistentes, destacando-se os cruzamentos do Híbrido de Timor com a variedade Caturra (Catimor) e os retrocruzamentos deste com o Catuai e Mundo Novo.

A Universidade Federal de Viçosa já conseguiu, também, melhorar e introduzir, em diversas regiões do País, plantas forrageiras; modificar sistemas de alimentação para engorda de bovinos em confinamento; modernizar fórmulas de rações para suínos e aves; idealizar novos métodos de conservação dos solos, para maior diversificação de culturas; novos métodos de armazenagem de grãos; além de sempre assessorar órgãos públicos e particulares sobre a viabilidade econômica das diversas atividades agropecuárias e florestais, para melhor dinamização e racionalização de empreendimentos.

Completando a trilogia Ensino, Pesquisa e Extensão, a U.F.V. tem dedicado um cuidado especial aos seus cursos de extensão, procurando levar à agricultura e aos agricultores novas tecnologias, resultantes das pesquisas e do ensino realizados em seu Campus. Para coordenar melhor esta atividade, foi criado, em 1967, o Centro de Ensino de Extensão, que, desde então, ministrou 386 cursos, atendendo a 13.197 profissionais de vários organismos públicos e privados. Desde 1929, a Universidade Federal de Viçosa realiza a Semana do Fazendeiro, pioneira da extensão rural no Brasil. Até hoje, a Semana do Fazendeiro, realizada todos os anos, no mês de julho, registrou a presença de quase 50 mil agricultores.

Desenvolvendo, atualmente, cerca de 600 projetos de pesquisas, a U.F.V. encara o futuro com tranquilidade, principal-

mente pelo apoio recebido do Ministério da Educação e Cultura e outros órgãos governamentais. Afinal, ensino, trabalho, pioneirismo e pesquisa vêm sendo seu cotidiano, desde aquele longínquo 1926, quando começou suas atividades um dos maiores centros de Ciências Agrárias do País: a Universidade Federal de Viçosa.

O ensino na U. F. V.

Para se ter uma idéia do que é a Universidade Federal de Viçosa vamos citar o imediato aproveitamento de seus formandos, que são solicitados pelas grandes empresas e empreendimentos agropecuários do País, e a frequência com que seus ex-alunos ocupam posições de destaque nos mais elevados quadros administrativos brasileiros, como no caso de vários secretários da Agricultura (Espírito Santo, Amazonas e Minas Gerais).

Analisando a posição da Universidade Federal de Viçosa, no contexto educacional superior de Ciências Agrárias do País, o professor Antônio Fagundes de Sousa, reitor da U.F.V., diz que "é da maior importância o momento que atravessa a agropecuária brasileira. Nós, aqui na Universidade, a colocamos dentro de uma faixa que consideramos da maior importância: treinamento de pessoal".

"A Universidade, desde a sua fundação vem desenvolvendo um amplo programa de treinamento de pessoal, cujo programa tem característica muito distinta da regra geral, porque é objetivo, visando dar ao nosso técnico a capacidade de visualizar um problema e tentar equacioná-lo, treinando-o, desta forma, para a busca inteligente de soluções para a problemática da nossa produção agropecuária".

"A importância da Universidade Federal de Viçosa está, portanto, nesta faixa de formação de pessoal para os casos especializados, acrescentando-se a esta importante missão o desenvolvimento de um amplo programa de pesquisa que visa, sobretudo, buscar novas fronteiras tecnológicas, que dinamizem a sua estrutura de percepção técnica. Este programa de pesquisa aliado ao programa de treinamento, desde a fundação desta Universidade tem sido o sustentáculo do sucesso da Instituição nestes seus quase 50 anos de existência".

Estrutura

O complexo universitário de Viçosa tem em sua estrutura os Órgãos de Administração Superior Suplementares, Auxiliares de Coordenação, Auxiliares de Administração e os de Ensino, Pesquisa e Extensão, tais como: Conselho Diretor, Conselho Universitário, Coor-



A Biblioteca Central



Uma aula prática. Os alunos aprendendo com as mãos



Aspecto de uma sala de aula, onde aparelhos de alta precisão são colocados à disposição dos estudantes



Alojamento feminino



Alojamento masculino

denação de Ensino, Pesquisa e Extensão, Reitoria, Centro de Planejamento e Desenvolvimento, Serviço de Registro Escolar, Biblioteca Central, Imprensa Universitária, Centro de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro, Conselho de Graduação, Conselho de Pós-Graduação, Conselho de Pesquisa, Conselho de Extensão, Divisão de Administração e Divisão de Assistência. Além desses suportes indispensáveis ao seu pleno funcionamento, a Universidade conta, ainda, com a Escola Superior de Agricultura, Escola Superior de Ciências Domésticas, Escola Superior de Florestas, Instituto de Ciências Exatas, Instituto de Ciências Biológicas, Escola Média de Agri-

cultura de Florestal e Colégio Universitário.

Os caminhos para você ingressar na U. F. V.

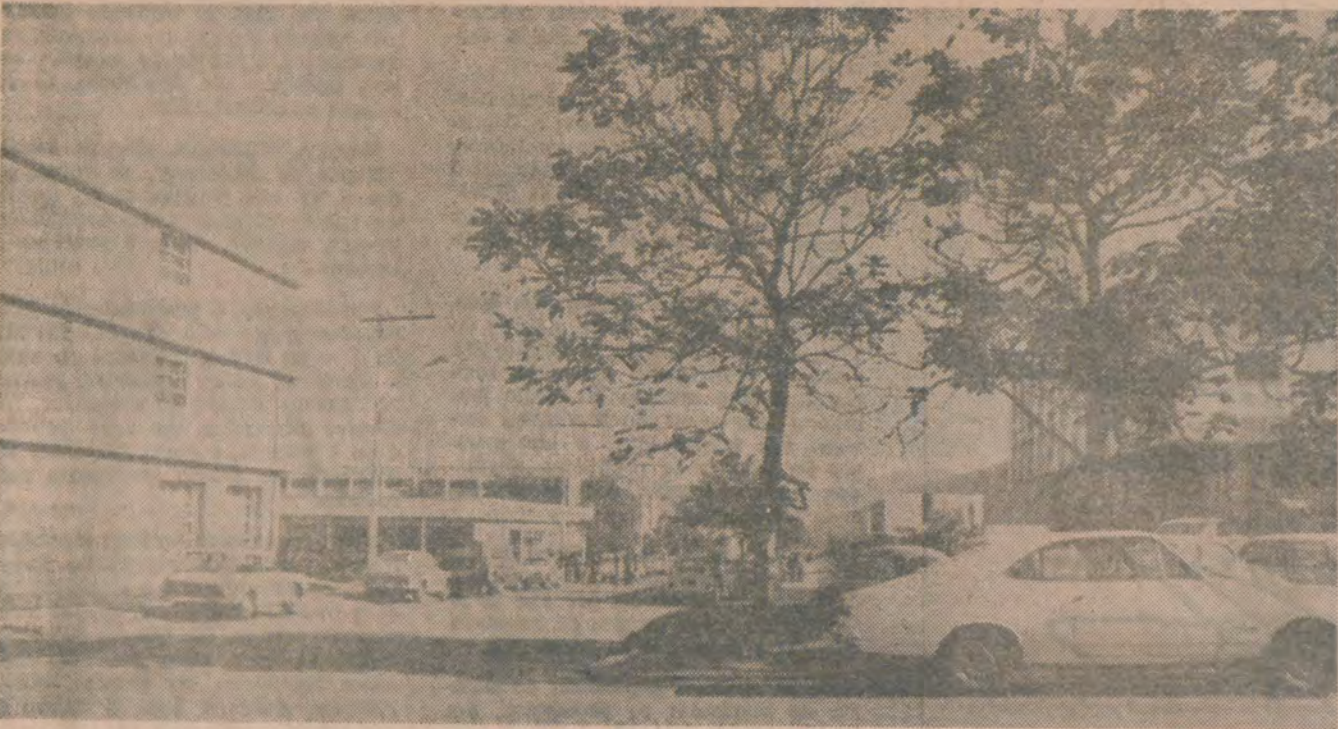
Viçosa, cidade da Zona da Mata, a uma altitude de 649 metros acima do nível do mar, tem uma temperatura média anual de 26 graus centígrados. A área do município é de 299 quilômetros quadrados e fica a 220 quilômetros de Belo Horizonte e 400 quilômetros do Rio de Janeiro. O conjunto universitário dista a um quilômetro e meio do centro da cidade. Em Viçosa existem oito grupos escolares, cinco ginásios e colégios, três cinemas, quatro clubes sociais, cinco hotéis, uma

estação de rádio, duas estações repetidoras de TV, um hospital, diversos ambulatórios médicos, um posto de saúde e quatro estabelecimentos de crédito. O comércio é bem desenvolvido. A água da cidade é tratada (inclusive com fluoretacão), a energia elétrica é fornecida pela Cemig e a rede telefônica é da Telemig.

As matérias exigidas no vestibular da Universidade Federal de Viçosa, para quaisquer das áreas, são as seguintes: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Matemática, Física, Química e Biologia. As provas serão unificadas, em conteúdo e execução, para todos os cursos, e a matéria limitar-se-á, em conteúdo, aos programas do ensino de 2.º grau. O pedido de

inscrição ao concurso vestibular da U.F.V. deverá ser acompanhado dos seguintes documentos: prova de escolarização (2.º grau) ou de estar cursando o último ano do ensino de 2.º grau; um dos seguintes documentos de identidade: certidão de nascimento, carteira de identidade, carteira profissional, título de eleitor, certificado de reservista ou certidão de alistamento militar; além de três fotografias recentes (4x5), prova de pagamento da taxa de inscrição e formulário de inscrição devidamente preenchido.

O ensino na U.F.V. é inteiramente gratuito. No entanto, aos alunos carentes de recursos são oferecidas bolsas de estudos para cobrir as despesas de alimentação e alojamento.



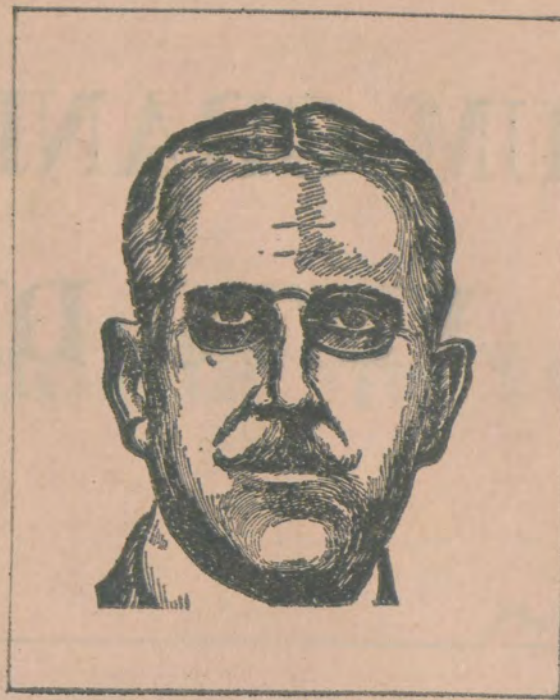
Modernos prédios completam a beleza paisagística do Campus



Avenida de acesso à Universidade Federal de Viçosa

HOMEM DE AÇÃO

Carlos Vaz de Melo MEGALE



ARTHUR BERNARDES iniciou a vida pública na sua cidade natal — Viçosa. Percorreu todos os cargos eletivos, de vereador a Presidente da República. Nesta hora eu o vejo na sua Viçosa.

Na Viçosa de todos os tempos. Na Viçosa de grandes feitos que as brumas caliginosas do passado não conseguem encobrir. Na Viçosa em que cada rua, cada esquina, cada beco tem mais história que muitas das concentrações urbanas dos tempos modernos. Na Viçosa das ruazinhas estreitas, do jardim mimoso, da velha matriz, em cujas missas dominicais, ele católico fervoroso que era, orava a Deus, pedindo que o inspirasse, sempre, a fim de que pudesse se dedicar cada vez mais à Pátria. A Pátria, cuja grandeza não se mede apenas pela extensão e opulência de seu território, pelos encantos de sua natureza cívica, mas, e, principalmente, pela inteligência de seus filhos, pela capacidade de trabalho dos homens que a compõem, pelas tradições morais e intelectuais acumuladas através as gerações.

Arthur Bernardes, no comando do Estado, realizou grande administração, que o credenciou à Presidência da República. Não emitiu apólices, não contraiu empréstimos. Adquiriu o acervo da E. F. Paracatu e construiu 137 km dessa estrada; encampou a E. F. Rede Sul-mineira e comprou o material da E. F. Goiás. Construiu o Instituto de Radium, construiu o Pavilhão de Observação e a Colônia de Alienados, construiu a Escola Superior de Agricultura de Viçosa, fundou as Colônias Agrícolas "Alvaro Silveira", "David Campista", "Bueno Brandão" e "Francisco Salles". Construiu estradas, grupos e hospitais. Empréstou 3.252 contos de réis (antigos) a diversas câmaras municipais para os serviços de saneamento e resgate, por antecipação, 53.000 francos antigos de nossa dívida externa.

É indicado pelas forças políticas do País à sucessão do presidente Epitácio Pessoa. Está ainda na memória de todos a campanha contra Bernardes feita, tentando impedir a sua posse. Não titubearam os seus inimigos de lançar mãos de todos os recursos, inclusive o das "Cartas Falsas", publicadas no "Correio da Manhã", na época matutino de grande prestígio na nossa imprensa. Bernardes desmentiu a sua autenticidade, a periclitou também comprovou a sua falsidade e o próprio falsário confessou que as havia falsificado.

Epitácio Pessoa, apreensivo com a situação nessa época, convocou para uma reunião no Catete a que compareceram Raul Soares, Calógeras, Afrânio de Melo Franco, Júlio Bueno, Veiga Miranda, Arnolfo Azevedo, Alvaro de Carvalho e Antônio Azevedo.

Carta de Raul

Raul Soares, em carta datada de 2 de maio de 1922, expõe a Arthur Bernardes o que se passou naquela reunião. "Logo ao início da reunião, que foi secreta, o Presidente da República fez sentir aos presentes, após longos comentários sobre fórmulas pacificadoras, que existia forte incompatibilidade entre o Exército e o candidato eleito. A certa altura da reunião afirmou o sr. Epitácio Pessoa: A situação é grave. Nós, agora, acabamos de sufocar uma insurreição em seu começo. Apesar de nosso triunfo a agitação continua. Continuam a conspirar. Mas aqui eu consegui organizar a guarnição com elementos de confiança, de modo que é possível, com grandes cuidados, levar as coisas até 15 de novembro... Infelizmente, é certo: Arthur Bernardes não se aguentará 24 horas no Catete... Temo, pois, a revolução, a anarquia e o mais que se pode prever. A desistência de Bernardes seria a solução..."

A forma por que ela se daria, seria um cambalacho concebido nesta monstruosidade: O Congresso reconheceria o presidente eleito. Este, logo após, renunciaria ao mandato e, então, sob pressão revolucionária das hostes derrotadas, realizariam novas eleições presidenciais. A essa proposta respondeu o grande brasileiro, em carta dirigida a Raul Soares, cujo conteúdo passo a ler:

Resposta de Bernardes

"Meu caro Raul

Li, com atenção o relatório que me fez do que se passou na última reunião do Palácio do Catete, e cujas ocorrências foi autorizado a transmitir-me. Mais que ninguém, você sabe que não ambiciono postos de governo, cujas glórias efêmeras só podem seduzir aos que não lhes conhecem as agruras e dificuldades, maxime nesta hora de deliquescência moral, de anarquia mental, de dissolução política, de gravidade da situação financeira e econômica, e de continuas ameaças à ordem pública e à estabilidade do regime. Se, portanto, eu pudesse ouvir apenas as inspirações de meu comodismo e de minha segurança, claro está que me apressaria em abraçar, com prazer, o alvitre suscitado na reunião de Palácio. A hora excepcional em que estamos vivendo não comporta, porém, inspirações egoístas e deliberações de ordem pessoal; impõe, ao contrário, o sacrifício das pessoas em prol dos interesses viscerais que se acham empenhados na contenda. E o sacrifício pessoal, no caso, não consiste evidentemente em uma renúncia diante do perigo, mas em uma serena resistência patriótica, na qual as pessoas correm grandes riscos, mas, ainda quando sacrificadas, não se subvertem princípios da nossa existência política. Eleito, como fui, por inequívoca e incontestável maioria do eleitorado brasileiro, no mais disputado e livre dos pleitos presidenciais, posso eu, — sem traição a mandato de tamanha significação — consentir em que se anule o pronunciamento da Nação? Posso fazê-lo, quando o único argumento para tal passo é o que a ilegalidade e a anarquia entenderia de vetar a vontade nacional? Se o sentimento que eu tenho das responsabilidades não se obscurece e não é errada a certeza que alimento sobre as tremendas e irreparáveis consequências de semelhante fraqueza, a resposta negativa se impõe ao nosso patriotismo. Renunciar o presidente eleito, por ato espontaneamente seu, em bem de interesses superiores, sem imposição e sem condições, é coisa compreensível, que pertence ao foro íntimo do interessado, ao sentimento pessoal de seu dever para com a Nação e as correntes políticas que o tendam apoiado e continuem lealmente ao seu lado. Mas negociar o reconhecimento pelo Congresso mediante o compromisso de uma renúncia ulterior, e isto sob pressão revolucionária, seria ato que toda Nação profligaria como um arranjo político, em que se afogavam as liberdades públicas e se subtrahia o mandato presidencial das mãos do povo para as dos promotores da desordem. Não tomo sobre mim o encargo de aprovar o alvitre sugerido em tal sentido e prefiro o não reconhecimento, puro e simples, como uma deliberação do mundo político, a uma renúncia conchavada nos termos propostos. Fora disso, o que você me expõe da reunião se resume nos receios manifestados pela manutenção da ordem pública, a conveniência de reforma do Regimento e a questão da estabilidade do governo, depois de 15 de novembro. Causou-me surpresa a narrativa dos receios de perturbação da ordem até 15 de novembro, quando, não há muito, o Governo publicou uma nota patriótica declarando que a Nação podia ficar tranquila, porque a ordem pública

seria mantida e quando, na gloriosa manifestação que recebeu o Dr. Epitácio Pessoa, teve ele a oportunidade de repetir, com elevação e com energia, a mesma afirmação. Se a ordem periga, se elementos militares e políticos contra ela conspiram, conforme foi dito na última reunião, melhor seria que isso fosse dito à Nação, ao seu eleitorado e ao seu povo, para que se precavendam e se preparem para a defesa do regime contra as revoluções. Não faltarão aqui nem nos demais Estados, assim como no Distrito Federal, legiões de brasileiros prontos a sacrificar-se pela ordem constitucional e pela das Forças Armadas que se conservam fiéis aos seus deveres constitucionais. Floriano assim venceu. De minha parte e do Estado que governo, não faltará ao Governo da República o apoio político, ainda quando para isso tivéssemos de arrotar a impopularidade, como por vezes sucedeu. Quanto à reforma do Regimento fico ciente de se ter posto de parte a idéia de um Tribunal de Honra. Ainda bem. Sei, por você, que foi alvitada, e até muito apoiada, a idéia de uma reforma no sentido de ser constituída uma comissão especial de seis ou quatro membros, nomeados pelo Presidente do Congresso e presidida por um congressista escolhido pela sorte.

A sua argumentação contra esta proposta coincide com a que há poucos dias desenvolvi em carta que dirigi ao senador Azeredo, da qual você teve conhecimento. Demais, tendo o Presidente declarado que o Exército me é adverso e me impedirá o governo, não compreendo a vantagem dessa comissão especial, com a reforma do Regimento. Eleito, como estou, essa Comissão terá que me reconhecer. E depois? O Exército impedirá o meu governo. Para que, pois, o inútil trabalho? Dize-me você, finalmente, que o Dr. Epitácio assegurou que tem tomado as providências para a posse do Presidente eleito, e que a 15 de novembro lhe assegurará; mas não acredita que ele se mantenha 24 horas. — Alenta-me a esperança de que o futuro Governo não desmereça do atual, no firme propósito de cumprir com o mais elementar de seus deveres. Se, como foi dito, toda resistência for baldada e o governo deposto, não vejo em que a deposição com luta seja mais nociva aos créditos do país que uma renúncia, agora, ante a ameaça e o terror daquela. Penso tal qual você que as revoluções não o deixam de ser pelo fato de obterem sem sangue a vitória de seus desígnios. São, ao contrário, as revoluções brancas, as mais vergonhosas e nefastas, porque acrescentam o seu próprio mal aos males antigos que as provocam, nunca estirpados quando se transige com a simples ameaça. Não posso ainda crer que as forças armadas da Nação se sobreponham à vontade desta e confio em que no seio delas haja em maioria elementos de ordem, em que o senso dos nobres deveres fale mais alto do que quaisquer antipatias pessoais. Se, por desgraça, se desmentir essa esperança patriótica, fique cada qual com a sua responsabilidade no que vier acontecer ao País. Não confundamos transação no seio dos Partidos, que sei da essência da vida política, e estou longe de desaconselhar, com a capitulação diante da projetada desordem como seria, insofismavelmente, o caso do nosso recuo. Acrescento, porém, como já o disse ao senador Azeredo, que pessoalmente nada tenho que ver com as resoluções que o Congresso, em sua soberania, deliberar, antes do reconhecimento e a propósito dele. Acatarei as suas deliberações como me cumpre. Não posso, porém, entrar em combinações que, diminuindo a autoridade do poder executivo e a minha própria dignidade, seriam a negação da estabilidade do regime e dos inalienáveis direitos da Nação". Abraços do Arthur.

Valorização da moeda

Não obstante grande parte do seu precioso tempo ter sido desviado para dominar rebelliões, foi o Presidente que mais valorizou a nossa moeda, também foi o Presidente que mais estradas de ferro construiu. Defendeu com energia e patriotismo as riquezas do Brasil. Em recente artigo publicado no Jornal de Ponte Nova, o grande intelectual, e homem público Dep. Pedro Maciel Vidigal, assim se expressou sobre a personalidade de Arthur Bernardes: "Poucos, como ele, foram vítimas de tantas calúnias, objetivando o escurcimento de sua nome honra. Mas, elas não o impediram de cumprir, com brio e altivez, os mandatos, que o povo, lhe outorgou. Todos os dissabores, que tanto o magoaram, foram copiosa-

mente recompensados por esplêndidas vitórias conseguidas no trabalho, sem pausa e nem descanso, a favor do desenvolvimento e do crescimento econômico da Pátria, que ele muito amou e bem serviu, inspirado pelo mais puro e mais sadio nacionalismo. No seu tempo de Presidente da República, a nossa moeda era forte. A agricultura, nossa principal fonte de riqueza, cresceu na produção, abastecendo o mercado interno e pesando consideravelmente na balança de exportação. O café atingiu alturas impressionantes no preço com que era comercializado. NO TEMPO DE BERNARDES... foi a expressão que, por decênios e decênios, significou uma época de euforia para os brasileiros. De um modo particular, para os agricultores".

Legislação do trabalho

Preocupado sempre com a sorte do povo brasileiro, procurou ampará-lo, e, foi no seu governo que se criou a Legislação Trabalhista, através do Decreto n.º 4.682, de 24.01.1923, protegendo os ferroviários, garantindo-lhes a estabilidade após dez anos de serviço, (artigo 42), e, por Decreto n.º 16.037 de 30.04.1923, criou o Conselho Nacional do Trabalho, para organização do trabalho e da previdência social, quanto a horário, remuneração, contratos coletivos de trabalho, conciliação e arbitragem, trabalho de menores e mulheres, aposentadorias e ensino técnico, acidentes do trabalho, seguros, aposentadorias e crédito. E mais: pelo Decreto n.º 4.982, de 24.12.1925, instituiu o Presidente Bernardes férias a empregado e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários, regulamentando-o (Decreto n.º 1.749, de 30 de outubro de 1926).

Senador da República

Deixa a Presidência da República e elege-se Senador, aqueles que o acusaram durante o seu governo, que o tacharam de medroso, de pusilânime, jamais imaginaram-no capaz de enfrentá-los.

Vai ao Senado, seus detratores antecipam vitória, eis que Bernardes os surpreende. Começa assumindo a responsabilidade de todos os atos do seu governo, disposto a discutí-los. Troca apartes com alguns senadores. Fala à Câmara Alta: Senhor Presidente, meus adversários tacharam-me de medroso, e diziam que jamais teria eu coragem de enfrentá-los. Aqui estou. Como Presidente da República precisava me acautelar, pois defendia as instituições, e não à minha pessoa. Apreçoaram na infúrcia campanha desencadeada contra o Senador que vos fala, que ele não se elegeria Presidente da República. Se se elegeu não tomara posse, se tomasse posse, não subiria as escadas do Catete. Se subisse as escadas do Catete, não governaria um biênio, se governasse um biênio, não terminaria o quatriênio. O Presidente foi eleito, eleito, reconhecido, tomou posse, subiu as escadas do Catete, governou um biênio, terminou o quatriênio, e passou ao seu sucessor intactas as leis da República.

Com São Paulo

Em 1932, alia-se ao Movimento Constitucionalista de São Paulo que tinha por objetivo retornar o País à legalidade. Os revolucionários são derrotados. Bernardes é preso e exilado. Assumiu toda a responsabilidade da insurreição em Minas. Embora o movimento paulista tenha sido derrotado pelas armas, foi vitorioso nos seus ideais. O Brasil, que vivia um regime de exceção desde a Revolução de 1930, foi convocado para novas eleições. Bernardes no exílio recebe a seguinte e confortadora mensagem: "Exmo. Sr. Dr. Arthur Bernardes.

A esta hora em que V. Exa. se encontra no exílio, pelo fato de haver praticado o crime de querer o restabelecimento da ordem no Brasil, havendo com todo o civismo com que sempre pautou os seus atos na longa trajetória de sua vida pública e particular, empenhado em que o País retomasse a sua vida constitucional, a mulher viçosense, com o coração palpitante de orgulho, está, Dr. Arthur, com os olhos voltados para V. Exa., procurando divisar nas águas oceânicas, essas históricas plagas lusitanas que o acolheram. Com católicos, muitas têm sido as orações invocadas ao Criador pedindo-lhe, ardentemente pela saúde de V. Exa. e de sua exma. esposa e gentis filhas, e, ainda, que sejam cada vez mais aumentadas as reservas cívicas de V. Exa. E a mulher viçosense, com esse entusiasmo e orgulho cada vez mais arraigados, tem o prazer de levar ao conhecimento de V. Exa. que, pela primeira vez depois que lhe foi conferido o direito do voto, deixou nas urnas a prova de sua grande admiração pela bandeira que V. Exa. destraldou. Viçosa, 3 de maio de 1933. (Seguem-se centenas de assinaturas).

Deputado Federal

Regressa do exílio, elege-se deputado federal, luta brava e patrioticamente pela defesa de nossas riquezas minerais. Opõe-se ao contrato da Itabira Iron, por ser o mesmo lesivo aos interesses nacionais. Bate-se com toda energia na defesa do nosso petróleo, proferindo uma série de discursos na tribuna da Câmara, escreve artigos nos jornais e comparece a comícios em praça pública. Contempla a vitória dos seus princípios com a criação da Petrobrás, fórmula estatal que era o seu ponto de vista. Mostra à Nação o perigo que representava para o Brasil a ratificação do Tratado de Iquitos, pois estaria abrindo mão de nossa soberania sobre quase um terço do território brasileiro: INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZONIA COM O DISFARCE DO INSTITUTO INTERNACIONAL DA HILEIA.

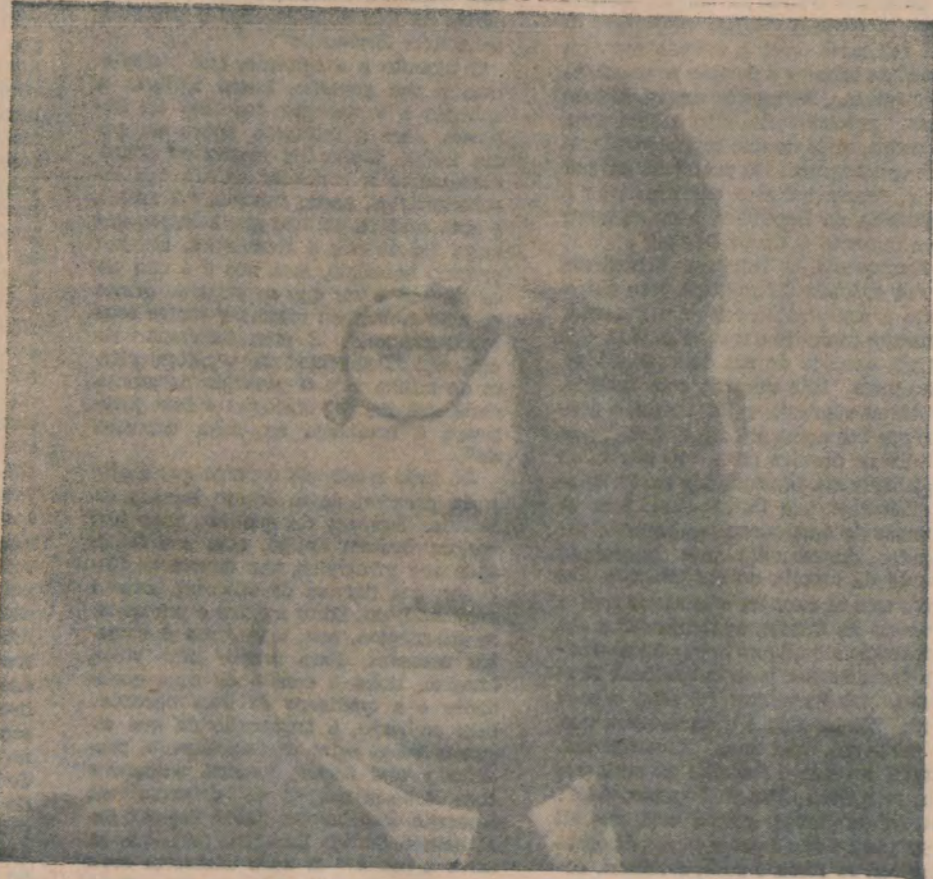
O governo dá o golpe de 10 de novembro de 1937. Bernardes luta pela redemocratização do País, que se dá em 1945. É lançada a candidatura do sr. Eduardo Gomes — o Brigadeiro da Libertação, Dario de Almeida Magalhães, em artigo publicado no "Diário de Notícias", em 8 de abril de 1945, "Sericidade e responsabilidade na vida pública e a posição do sr. Arthur Bernardes". "Quando o mal-estar e a tensão do espírito público chegaram ao auge em fins de 1944, e surgiu o nome do brigadeiro Eduardo Gomes como aquele capaz de conduzir à solução do nosso problema político angustiante, acredito ter sido eu um dos primeiros a ouvir o sr. Arthur Bernardes a respeito da indicação que vinha de todos os lados. O eminente líder me deu uma resposta que repeti a outros, e cujos termos precisos se gravaram no meu espírito como um belo testemunho de elevação cívica e moral: "Não conheço o sr. Eduardo Gomes. Entre ele e mim, até hoje, só se passou um episódio: este militar, em 1924, dirigiu um aviso em missão revolucionária contra o meu governo. Se ele, entretanto, tem as qualidades que todos lhe atribuem, não há motivo para que não seja o meu candidato à direção do País. As minhas questões pessoais não existem em face dos interesses do Brasil".

Esclarecido e seguro de que o brigadeiro Eduardo Gomes era, nas circunstâncias atuais, o homem à altura da responsabilidade que a Nação lhe ia delegar, o sr. Arthur Bernardes lhe deu o mais decisivo apoio — pessoalmente o apoio político e eleitoral mais ponderável do País — sem discutir condições, sem fazer pactos ou entendimentos de qualquer espécie. Só disse ao brigadeiro Eduardo Gomes que confiava em que ele governaria o Brasil pensando somente no bem do Brasil".

A data de hoje é para mim de saudosas recordações. Recordações que provêm da infância, quando comecei a admirar a bela conduta irrepreensível e humana, como homem público e como chefe de família. Como Ruy, educava mais com o exemplo que com a doutrina. E essa admiração iniciada na infância, crescia na adolescência e firmada na maturidade, aumentada sempre pelo calor de seu convívio edificante e colocou no ápice de meus sentimentos afetivos — e o acompanhamento por toda vida, observando sempre o seu amor à ordem, o seu respeito à lei, sob o signo "Sub-Lege Libertas".

MAIS DO QUE NUNCA, É TEMPO DE HOMENAGEAR ESTE INCENTIVADOR DA SIDERURGIA NACIONAL.

Arthur Bernardes. Em 1923, na Presidência da República, ele reuniu homens de decisão para estudar o então controverso problema siderúrgico do país. E orientou o primeiro "Plano Siderúrgico Nacional" que incluiu a criação de 3 usinas. Uma delas seria construída no Vale do Rio Doce. Dito e feito. A Usina Intendente Câmara da USIMINAS está no Vale, produzindo aço e confirmando as previsões do presidente. Nada mais justo do que uma homenagem da USIMINAS a Arthur Bernardes em seu centenário.



Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

UM GRANDE HOMEM VISTO DE PERTO

Paulo Pinheiro CHAGAS



Uma das últimas fotos do presidente Bernardes

Discorrer de Bernardes é sempre fácil. Difícil é fazer, em poucas palavras, a crônica, intensa e movimentada, de quem, durante mais de meio século, foi o próprio nervo da história republicana. Na verdade, sua vida sugere um mar de indagações. De mim apenas direi que, ao evocá-la, experimento um misto de singular emoção. Fico a cogitar em como são coerentes as contradições do destino. De resto, quem conseguirá jamais definir esse misterioso encaixeamento com que ele costura suas determinações? E' que sou um bernardista histórico e disso me glorio. Desejo, a oportunidade dessa edição, para mim, o sentido de um retorno aos meus começos, quando pus os anos da juventude a serviço das grandes causas, em que me empenhei, sob a liderança de Arthur Bernardes. A seu lado, lutei contra as trágicas aventuras do caudilhismo relapso, nos comícios, na imprensa, na tribuna parlamentar, nas revoluções, nos cárceres do Estado. E' de ver, assim, que as raízes de minha formação política haveriam que se impregnar de elementos definitivos, sob a inspiração das idéias, do estilo e da filosofia de um tão grande homem.

Na inocência, fundei e dirigi com Bernardes Filho e João Gomes Teixeira, "O Debate", vespertino que se editava nesta cidade e onde assinava, diariamente, um artigo de fundo, agredindo todos os governos: o municipal, o estadual, o federal. Naqueles tempos temerários, enfrentando a polícia e a censura, não dávamos e nem pedíamos quartel. Fazíamos uma dura oposição aos poderosos de então. Na minha intolerância, o mundo político estava dividido em duas partes: uma, que apoiava Bernardes e outra, que a ele se opunha. "O Debate", de 19 de agosto de 1934, saiu em grande estilo. Naquele dia Bernardes regressava do exílio em Portugal. Meu artigo, sob a epígrafe ARTHUR BERNARDES, BASTA O NOME, ocupava toda a primeira página. A composição se derramava em torno de um seu clichê, de quatro colunas, com esta legenda espanhola em homenagem: "Só ele é sábio: os mais são sombras fugitivas". Ai vou buscar as palavras que se seguem e que, quarenta e um anos depois, não perderam a atualidade: "A característica maior que define a personalidade marcante de Arthur Bernardes é sobretudo a inflexibilidade da opinião ideadora, capaz de orientar e dirigir, comandar e influenciar, realizando a meta política de preferir certo a qualquer coisa por eficiência. A constância no rumo traçado e a direção invariável em busca do ideal são a própria coerência desse estadista, em cujo derredor se aglutinam as multidões entusiasmadas, elevando bem alto o seu nome, porque nele se acostumaram a ver um programa a realizar, uma bandeira de reivindicações ideológicas a defender, uma síntese de tradições a honrar. Sem ele, teria sido a estepe, desolada e fria. Com ele, se enriqueceu a própria estabilidade do regime, assegurou-se o prestígio da ordem civil; a aplicação dos dinheiros públicos se pautou pela contabilidade exata; e, variando as nossas fronteiras, lá fora, em terra estranha, o Brasil avultou e cresceu no crédito da civilização. Os que não podem sofrer a superioridade do gênio fizeram-se seus inimigos. E tentando demolí-lo, não se aperceberam de que estavam apunhalando a própria República. Arthur Bernardes tem a insolência e as cóleras da democracia. Servindo-a, à maneira de um templário, subiu demais, dentro e fora do seu país. E se elevou tanto que se tornou alvo fácil dos relâmpagos da inveja e dos raios do despeito. Homem que tem a coragem de suas violências, se fosse levado a defender a legalidade, passando por cima da lei, diria como Danton, em plena Convenção Francesa: "Olhei de frente o meu crime e cometi-o".

Pois é uma alegria constatar que estas palavras, escritas no verdor dos anos, não envelheceram com o tempo. Continuam atuais como a luz, o vento, a chuva. E a primeira razão de sua perenidade é que elas falam de um cidadão, que era uma força da natureza, poderosa como a vida. Ora, para bem compreender Bernardes vale a pena remontar às suas origens, sabido que a família e a terra são, não raro, a profecia do destino. Bernardes vinha de um lar modesto, um desses singelos lares provincianos, onde se respiram aquelas austeras virtudes, serenas e antigas. Forjara o caráter, ele o dirá mais tarde, nos severos exemplos do pai. Casara-se com dona Clélia Vaz de Melo, filha do senador Carlos Vaz de Melo, que foi, durante mais de meio século a esposa admirável, em cujo amor, feito de devotamento e solidariedade, ia buscar, nas horas de desalento, a inspiração da luta, do sacrifício, da resistência. De outra parte, era Vígosa, a terra natal, rural e aristocrática, com uma nobreza sem títulos, nem brázeos, mas, coisa de sua tradição política, a lhe ensinar, como nas palavras de Voltaire, "a previsão, a ordem, a medida". Há, após a terra, nos dias de 53, em conferência realizada nesta cidade, com o título A RESPOSTA DE JUSCELINO, então governador de Minas, analisei, num ensaio, a formação do povo mineiro, pondo em confronto os seus dois tipos sociais: o mineiro e o rural. E então escrevi: "O espírito de aventura, o amor à liberdade, o gosto pelas sedições, o culto da arte, a intemperança, o jogo, a alegria, a facúndia, a indisciplina, a forma, o sonho, o ímpeto, pertencem aos homens da primeira espécie. Definem os da segunda a afeição à estabilidade, o respeito à autoridade, o "senso grave da ordem". O apelo da ciência, o conhecimento, a economia, a severidade, a palavra curta, o bom senso, a substância, a ra-

ção, o método. Lá, o indivíduo extrovertido, de espírito comunicativo, um tanto trêfego e, conseqüente, com ares de espadachim e poeta. Aqui, o introvertido, ensimesmado e formalista, cioso de seu patrio rural, com atitudes de fidalgo e filósofo. E em ambos, sem embargo das diferenças, a mesma pureza de costumes, a mesma limpeza no trato, o mesmo acatamento à palavra empenhada, a mesma tradição hospitaleira, o mesmo horror ao arbitrio, udo aquilo, em suma, que levava Saint Hilaire a evocar "os meus bons mineiros" e Torres Homem a defini-los como "varões singelos e grandes". E após considerações de varia ordem, eu traçava este paralelo com que a cultura — tomada a palavra em seu sentido sociológico — diferenciara duas figuras representativas daqueles tipos humanos em que se divide a gente de Minas: "Em Bernardes, o povo é quase uma questão de forma; em Juscelino, quase uma questão de fundo; assim como se Bernardes o adivinhasse e Juscelino o compreendesse. Para Bernardes, já parlamentarista, o ideal seria a democracia inglesa, com sua pragmática; para Juscelino, ainda presidencialista, o modelo seria a democracia americana, em sua linhagem revolucionária. Bernardes, pautando a vida com o método e a sistemática dos cafeais de Vígosa; Juscelino, orientando a sua com o tumulto e a inquietude das lavras da Diamantina. Bernardes sem esquecer a indústria, concentrando-se nos problemas da lavoura; Juscelino, sem esquecer a lavoura, concentrando-se nos problemas da indústria. Bernardes mais voltado para o céu; Juscelino mais voltado para a terra. Bernardes como Maomé, antes preferindo curar a alma do povo; Juscelino, como Roosevelt, antes preferindo enriquecê-lo. Em Bernardes, a rigidez de um sistema; em Juscelino, a plasticidade de uma teoria. Bernardes, grave como um teorema; Juscelino, alegre como uma janela aberta".

A antítese é profunda entre esses grupos sociais. Assim, ao passo que Raul Soares provindo da zona do café, faria do sublece liberto o lema de sua inspiração política, só compreendendo a liberdade à sombra da lei, que a limita, já Teófilo Otoni, oriundo das lavras, quase invertiria os termos da aquela proposição, afirmando a necessidade de bater-se pela liberdade, mesmo fora da lei. Raul estava mais próximo de Goethe, podendo repetir com ele: "antes a injustiça do que a desordem". Mas Teófilo Otoni estava mais próximo do povo, podendo falar em seu nome: antes a insubmissão do que a injustiça. Raul refletia aquele pensamento de autoridade, que é a última instância da ordem agrícola; Teófilo Otoni exprimia aquele sentimento de liberdade, que é a primeira razão da aventura mineradora.

Sem embargo, em um ponto coincidiam Bernardes e Teófilo Otoni, duas forças de sinal contrário: ambos se colocavam fora da lei, na defesa de seus princípios. O culto da autoridade em Bernardes fizera-o paladino da "legalidade acima da lei", palavras com que se justificou a sua política em defesa da ordem e das instituições. E Teófilo Otoni não sabia que a liberdade só se conquista, ilegalmente?

Nesta oportunidade, não focalizarei a grande obra administrativa de Bernardes, já incorporada à crônica histórica. Tampouco me deterei nos passos de sua carreira política. Vereador e presidente da Câmara Municipal de Vígosa, deputado à Assembleia Legislativa de Minas, deputado à Câmara Federal, secretário e presidente do Estado, senador e presidente da República, por onde passou, Bernardes deixou a marca de um longo devotamento à coisa pública. Prefiro ater-me a uma visão geral do estadista, dos maiores que o Brasil ainda conheceu.

O estadista

Candidato à presidência da República, tudo valeu contra ele, em matéria de infância, de impostura, de indignidade. Cobriram-no com uma chuva de lodo e sua figura emergiu mais limpa e de tanta sujeira. A nação ainda nada assistira de semelhante a essa campanha brutal, desumana, impiedosa, violenta, tão destituída de fundamento quanto de um mínimo de caridade. A calúnia, a injúria e a perfídia deram-se as mãos para essa espessa investida do ódio, na vã tentativa de fazê-lo recuar pela intimidação. Foi até salutar que tudo isso acontecesse porque o Brasil ficou conhecendo a fibra desse homem de luta, cuja força voltava repercutida pela verdade, emersa dos pântanos da má fé cínica e demolidora. E como o ínnimo explosor dos brios militares, com a sovina mentira das cartas falsas e a posição equivocada do Clube Militar, Bernardes reagiu, ativamente, proclamando, alto e bom som, que agora, mais do que nunca manteria a sua candidatura. Do contrário, daí por diante, "quem quisesse candidatar-se à presidência da República teria de ouvir primeiramente o Clube Militar".

Empossado, os inimigos insistiram em sua cruzada difamatória e se entregaram à conspiração contra o governo. Bernardes manteve o estado de sítio, que já vigia quando de sua investitura na Presidência. Mas durante esse período, que durou quarenta e dois meses, a despeito das inúmeras prisões, nunca foram violados os direitos civis e as garantias constitucionais, funcionando em liberdade a Justiça e o Parlamento, com os discursos de uma oposição aguerrida divulgados diariamente pela imprensa. Quando da revolta do encouraçado São Paulo, com os canhões assentados contra o Palácio do Catete, aguardava-se o seu bombardeio a qualquer hora. Aconselhado a transferir-se para outro local, Bernardes foi veemente: "É aqui o meu lugar. Minha vida é a única coisa que, no momento, não tem importância. Mandei evacuar o Palácio: as mulheres já se retiraram. Podem bombardeá-lo". Sim, saíram todas, menos uma que ali ficara para o que desse e viesse, disposta a morrer, se fosse o caso, solidária, como sempre, com o marido: Dona Clélia Vaz de Melo Bernardes.

Quando da explosão do segundo 5 de Julho, Bernardes enfrenta a situação com a devida galhardia. Em 22 e 24 eu era aluno do Colégio Militar de Barbacena, onde a Revolução tinha um apoio quase unânime, inclusive porque aquela casa de ensino havia sido fundada pelo marechal Hermes da Fonseca, então presidente da República.

Eu fazia parte dos que apoiavam a Revolução.

Em 22, quando da revolta da Escola Militar do Realengo, o único cadete morto em ação foi um ex-aluno de Barbacena, nosso antigo colega. Em 24 por vias então do nosso conhecimento, mandamos um manifesto de apoio a Luís Carlos Prestes, que ainda era o Cavaleiro da Esperança. Sua coluna, integrada pelas maiores figuras do "tenentismo", se havia internado no país, talando-o, devastando-o, civilizando-o. Numa cavalcada legendária, percorreu quase todo o território nacional, vadeando-lhe os rios, desvirginando-lhe as florestas, morrendo no entrechoque dos entreveros. Cruzes ficam assinalando o seu longo itinerário pelos sertões do Brasil, nas caatingas, nos pampas, no planalto, nas montanhas impossíveis, nas rechas intermináveis, nos vales dos rios inexplorados. Essa jornada, que durou cerca de três anos, tem o seu símile em A GRANDE MARCHA de Mão Tse-Tung. Ela vai desaguar na Revolução de 30, fornecendo-lhe os experimentados oficiais que a comandarão. Em 45, escrevi O BRIGADEIRO DA LIBERTADE, ensaio biográfico sobre Eduardo Gomes, livro que é um hino aos "tenentes". Anos mais tarde, já deputado federal, incumbido de discursar pela moiroria, em comemoração da data de 5 de Julho, assim falei, entre outras coisas: "Se me fosse dado estudar a obra desses "tenentes", eu o faria no clima da era clássica. Buscaria Cipião, o Africano, e o contritório como Siqueira Campos. E descobriria coisas imprevisíveis. Ali, o general romano, príncipe do Senado, ex-Consul e ex-Censor, vencedor da Anibal e de Asdrubal, milionário, recoberto de glória e honrarias, com seu nome projetado através dos séculos. E não obstante tudo isso, ou talvez por isso mesmo, com seu orgulho e seu feito autoritário, irrita-se com as críticas de Catão e do próprio Senado e vai, voluntariamente, exilar-se em Lítérne, exclamando: "Ingrata pátria, não possuirás mais ossos." Aqui, o singelo "tenente", pobre, endividado, romântico, sempre vencido, imolando sua mocidade por um sonho e, depois de tudo haver dado ao seu país, apenas dizendo, como se devesse desculpar-se do seu sacrifício: "A pátria tudo se deve. A pátria nada se deve pedir. Nem mesmo compreensão". E' que em Cipião havia apenas o herói; em Siqueira Campos havia ainda o apóstolo". Muito embora falasse na comemoração de uma data "tenentista", afirmei, ainda naquele discurso: "Já é tempo, contudo, de repor as coisas no seu devido lugar. Como esquecer, em meio à borrasca que atormentou a Nação, as figuras impávidas de seus antigos Presidentes? Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís, procos, viris, identificados com a honra nacional, são culminâncias históricas a que a perspectiva do tempo vai dando o merecido relevo. Eram nomes marcantes da velha República, tão afoitamente caluniada pelos trêfegos cortejos de todas as vitórias. Como se ela não houvesse dado ao Brasil uma era de austeridade, de singeleza, de compromisso com a inteligência, a moral e a virtude".

Refiro-me a esses fatos com o único objetivo de deixar bem claro que, bernardista da velha guarda, sempre tive, todavia, uma forte admiração pelos rebeldes de 22 e de 24. Mentiria a mim próprio se afirmasse o contrário, repudiando os dias claros da juventude, quando formei o espírito no clima revolucionário do Colégio Militar de Barbacena. E tudo isso valoriza hoje minhas palavras de louvação a Bernardes, cujo dissídio com o "tenentismo" teve o sentido de uma tragédia nacional, já que, de um lado e do outro, houve sempre o mesmo alto pensamento: a grandeza do Brasil, que cada qual compreendia a seu modo. De resto, o tempo se incumbiria de fazer a devida justiça. Nos funerais de Bernardes, entre tantas outras, destacava-se uma coroa com esta sugestiva inscrição: "Os revolucionários de 1922 homenageiam o presidente Arthur Bernardes".

O tumulto e a agitação, que assinalaram o seu governo, fazem lembrar a agitação e o tumulto dos dias da Regência, com a intrépida figura do pai de Felício. Bernardes recusou-se terminantemente a conceder anistia aos revolucionários, assim falando: "A anistia é uma medida política que a Nação o larga espontânea e livremente, em seu próprio benefício, mas não é e não pode ser um favor que se exija de armas na mão contra ela mesma e contra seus representantes". E com inusitada veemência: "Defenderei até o último alento de minha vida o prestígio da autoridade que me foi entregue e isso justificará a confiança em mim depositada".

De tudo resultaria o perfil que a história guardou desse severo homem de Estado. Homem de quebrar, mas não vergar; homem antigo, com sua fidelidade aos princípios, seu temerário desamor, sua firmeza de atitudes; homem obstinado, um tanto místico e um quanto messiânico, que teve erros e cometido excessos. Para repetir uma velha imagem, tinha o defeito de suas qualidades e a qualidade de seus defeitos. Sem embargo, à insinuação de que algumas vezes agira despoticamente, praticando atos ilegais, poderia responder com Robespierre, ao se defender da acusação semelhante: "Atos ilegais? Será com o Código Penal na mão que se salva a pátria?" E após enumerar suas razões e suas ilegalidades, dirá mais o Inocentíssimo, naquela França do Terror Jacobino: "Tudo isso era decerto ilegal. Sim, ilegal como a queda da Bastilha, ilegal como a queda do trono, ilegal como a liberdade. Não sei se o fiz com as leis, mas juro que salvei a República".

Há um traço de sua vida que precisa ser posto em evidência: a preocupação com as novas gerações. Pouco antes de terminar o seu governo, Bernardes dirige um apelo aos presidentes de

Estado, no sentido de pugnarem pela elevação do caráter nacional, segundo as palavras de Bruno de Almeida Magalhães, em sua interessante biografia do grande estadista. E deste teor o telegrama-circular: "A consagração em todas as escolas brasileiras, de ensino primário, de um dia da semana para a educação moral, cívica e social — principalmente moral — dos nossos jovens patrióticos, parece-me o melhor ponto de partida para a cruzada da formação dos homens, cuja arte constitui, no avisado conceito de Rousseau, a primeira de todas as utilidades". Parecia-lhe que, desse modo, cada estudante, guardando as lições recebidas do mestre, iria concorrer, conscientemente, "para a universalidade do espírito de crença nos destinos superiores da Pátria". De resto, quem, com mais idoneidade, poderia escrever estas palavras?

Ora, o primeiro elemento a informar uma conceituação de moral não será decerto a honestidade, mas a virtude. A honestidade é a rotina, enquadra em regras estabelecidas, submissa às conveniências correntes, contida pela limitação das leis humanas ou divinas. A virtude é o progresso incessante, a fé que se renova a todo momento, não raro em antagonismo com essas mesmas conveniências correntes, como se buscasse, apurando-se e depurando-se no fio de seus próprios sacrifícios, ainda mais se aproximar da verdade. A honestidade é passiva como um pensamento já formulado; a virtude, ativa como um impulso no sentido da perfeição. Por isso, a moral não deve ficar restrita às fronteiras estáticas da honestidade, com seu formalismo e sua pragmática, mas, ao revés, deverá acondicionar-se aos contornos fluídos da virtude, com seu dinamismo e sua ânsia de eterno aperfeiçoamento. E que a honestidade não passa de um dos atributos da virtude. Esta, sim, é a depositária da chama incorruptível. Se insisto nessas definições é porque elas traduzem o pensamento de Bernardes, a mim exposto em palestra, lá se vão quarenta anos. Era, portanto, ainda com um sentimento de estadista, que buscasse criar a harmonia do mundo moral e do mundo político, que ele voltava as vistas para as novas gerações, cuidando educá-las no amor das virtudes cívicas, para que pudessem servir com honra e dignidade ao grande Brasil do futuro.

No entanto, o país haveria de conhecer um outro Bernardes, o revolucionário, do líder da oposição nacional. Ironicamente, o destino jogava uma estranha partida com esse parceiro. O homem da "legalidade acima da lei", defensor da ordem e das instituições, seria um dos chefes da Revolução de 30 que, sem o seu apoio, não teria acontecido. E bem verdade que não se tratava de uma quarelada, de um pronunciamento militar, mas do maior movimento de opinião que ainda empolgara a Nação, desde as guerras da Independência. Novamente, em 32, Bernardes se rebelava contra o governo, apoiando a Revolução de São Paulo, que se pusera de armas na mão para dar uma constituição ao Brasil. Todavia, com o recuo de Olegário Maciel, anteriormente comprometido e, pelo menos, não atacar São Paulo, e, em conseqüência, ficando a Força Pública do Estado e a tropa federal aquartelada em Minas solidárias com o Governo Provisório, só restou a Bernardes destrair a velha bandeira de luta do Partido Republicano Mineiro para chefiar um movimento de apoio ao povo de Piratininga. Far-se-ia um levante dos municípios, levante suicida, é de ver, mal armados como estávamos e sem qualquer apoio militar. Nosso propósito cingia-se, desse jeito, a criar obstáculos, aliviando a pressão contra São Paulo, pelo desvio de tropas. Deportamos prefeitos, destruímos pontes, dinamitamos depósitos de munições, numa cuidadosa e extensa sabotagem. Tentávamos fazer, naqueles tempos recuados, a guerra de guerrilhas dos dias atuais. E se tivéssemos de cair, cairíamos com São Paulo, mantendo bem alto as tradições libertárias de Minas, com sua alma generosa e cavalheiresca, avessa a todas as formas do arbitrio político. Não seria esta a oportunidade natural para um exame mais profundo de questão tão relevante. Digas apenas que fomos então vencidos.

Até certo ponto, obviamente, pois se perdíamos a guerra, ganhávamos a paz. Não vinha Getúlio de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte para meses depois, em 33? De qualquer modo, conhecemos o pão amargo da derrota, com suas terríveis conseqüências. De tudo restaria o gesto de Bernardes, entregando-se, voluntariamente à prisão para evitar maiores sofrimentos aos seus amigos e assumindo a total e exclusiva responsabilidade de tudo. E restaria o protesto de Vígosa lavrado por um punhado de moços, armados de espingardas Winchester, lançando-se, sob o comando de alguns oficiais do Exército, contra as metralhadoras pesadas do inimigo. Num sugestivo simbolismo, a terra de Bernardes haveria de escrever o epílogo do drama. E o faria no velho estilo, nesse entrevoto absurdo de sua gente e de sua mocidade caindo de pé. A última página da Revolução Constitucionalista em Minas cerrava-se, com esses tiros e essas rajadas de metralhadora, ecoando soturnamente, pelas serras de Arapongas.

Por essa época, eu tinha feito duas viagens a Vígosa, em missões revolucionárias. A primeira foi nos princípios de agosto. Encontrei a cidade em pé de guerra. Mais parecia uma praça de armas. De um lado, era o destacamento policial com seu efetivo elevado para cento e vinte praças e do outro, a casa de Bernardes, onde fiquei hospedado, fortemente defendida até mesmo por armas automáticas. Estavam em Vígosa,

inclusive, alguns oficiais do Exército e alunos da Escola Militar, solidários com a causa constitucionalista. Bernardes Filho era, depois do pai, o principal líder do movimento. Esses dias passados no convívio de Bernardes iam mostrar-me certos aspectos de sua maneira de ser. Nunca o vi, mesmo em horas de intimidade, a não ser de traje completo e devidamente engravatado. As refeições, no aconchego do lar, mantinha o apuro de quem estivesse num "banquete". Já às sete da manhã estava no escritório, recebendo os correligionários. Escanhado, cabelos impecavelmente distribuídos sobre a calva, colarinho engomado, conversava com um pobre homem descalço, prestando-lhe a atenção que daria a um político eminente. De uma paciência bíblica, sabia ouvir e ouvia atentamente mesmo os humildes. Dono de uma educação aprimorada, era de uma singeleza cativante, sem embargo do "aplomb", do porte ereto, dos modos um tanto hieráticos. Como se fosse um patricio nos hábitos e um plebeu na simplicidade do trato. Por isso mesmo, até as crianças o amavam. Sarrita Brant era uma garotinha, quando Bernardes presidia Minas. E um dia disse a seu pai, Mário Brant, e este a mim: "A gente gosta do Presidente porque ele fala com a gente como se a gente já fosse grande". Não obstante, havia uma barreira invisível entre esse homem afável e polido e o ocasional interlocutor. Ao lhe falarem, todos, instintivamente, se continham nos devidos limites. Nem mesmo os amigos mais íntimos iam além. Respeitavam o seu estilo grave e sério, aquela compostura, que era a sua segunda natureza. Quem ousaria contar-lhe uma piada picante, uma anedota fescenina? Tantos anos depois, é como se ainda estivesse a, vélo, absolutamente impassível naquelas horas incertas de 32. Alto, elegante, sereno, sempre composto, tinha um inconfundível ar de dignidade pessoal. E era como se trouxesse estampado na fisionomia triste o austero jeito de um asceta que se mortificasse pela pátria. Certa manhã, em seu escritório, me deu para ler os originais de seu Manifesto à Nação apoiando a Revolução de São Paulo. A frase, que se tornaria histórica "quanto a mim fico com São Paulo, porque para São Paulo se transportou a alma cívica do Brasil", trazia uma correção, pela qual, ficava assim redigida em seu final: "porque para lá se transportou a alma cívica do Brasil". Daí a minha observação.

— Presidente, o senhor me permite uma sugestão?

— Pois não. Desejo ouvi-la.

— Por que, ao invés de "para São Paulo", o senhor vai usar a expressão "para lá"?

— Naturalmente, quem insinuou a substituição quis evitar a repetição próxima de palavras numa mesma frase, explicou Bernardes.

— Mas no caso, opinei, a repetição empresta mais ênfase ao pensamento. De resto, a frase ficaria mais bela, eufônica, mais eloquente, com essa repetição.

— Pensando bem, você está com a razão. Vou manter a redação primitiva. Evoco o episódio para mostrar que Bernardes, tantas vezes deformado pela crítica jejuna, era um homem de diálogo, acessível ao debate e permeável a controvérsia.

A minha outra ida a Vígosa se verificou em fins de agosto. A polícia havia descoberto em detalhes o nosso movimento, fruto da improvisação e planejado ao arripio da boa técnica. De mais, o Manifesto de Bernardes chegara ao conhecimento do governo. E beléguins, ávidos de "prestar serviços", imaginaram um plano de assassinar Bernardes, a pretexto de que reagira à prisão, morrendo em combate. Alvitrou-se, desse modo, a necessidade de preservar a pessoa do chefe. Acertou-se em levá-lo para a fazenda de um amigo, de onde pudesse, conservando a liberdade de movimentos, tentar a reatuação revolucionária. E como eu devesse regressar a Belo Horizonte, Bernardes seguiria em meu automóvel até um certo ponto, da estrada. Cerca de meia noite, tomamos o carro. Eramos quatro os passageiros: Bernardes, seu sobrinho José Vaz de Melo, eu e o motorista, pessoa da maior confiança, articulado nas conspirações de Belo Horizonte. Quarenta minutos depois, à saída de Silvestre, paramos.

— Paulo, tudo cuidado com esses documentos. São muito importantes, disse Bernardes.

— Não se preocupe, Presidente. Estão acondicionados na câmara de ar do meu direito da frente.

E abraçando-nos, afetuosamente, a mim e ao motorista:

— Então, muito obrigado por tudo. Até uma próxima vez. E que Deus os acompanhe.

Não pude articular palavra. A emoção não permitiu. Ao tomar o automóvel, ainda o vi, à beira da estrada, ereto, a gola do sobretudo levantada sobre o pescoço, acenando um adeus. Ali ficava no desconforto da noite fria e escura, aquele homem que era uma figura consular da República e que, já na idade, provecia, tudo, enfrentando e tudo arriscando, batia-se pela Liberdade, pelo Direito, pela Constituição. A uma próxima vez, havia dito Bernardes. Como, então, imaginar que somente dois anos depois voltaríamos a nos encontrar? O vento soprava, uivante e gelado, na noite espessa, sem lua e sem estrelas. Pé na tábua, disse ao motorista. Este não respondeu. Era um bernardista da velha guarda e subia-va. De qualquer modo, porém, acelerou a marcha e seguimos para a capital mineira a milhões de quilômetros por hora...

Um episódio me aproximou ainda mais de Bernardes, fazendo-me conhecer de perto o estofo moral de que era formado aquele chefe de partido. Hornem de uma só cara e um só parecer, solidário, digno, leal, nele se podia confiar cegamente, na certeza de que a confiança nunca seria iludida. O caso é que se processava a apuração das eleições recém-realizadas naquela ano de 34. E de uma feita, por volta das sete horas da manhã, Bernardes me chama ao Grande Hotel, onde se hospedava. Era um sábado, 20 de outubro. E foi logo me dizendo:

— Paulo, há qualquer coisa de muito grave na apuração do pleito. Estou seguramente informado de que o governo tem violado umas em seu benefício.

— Mas, Presidente, aí está algo que me parece impossível, retorqui. O edifício do Tribunal Eleitoral, sob a garantia da Justiça Eleitoral, é guardado por tropa embalsada. De outra parte, imagine o senhor a impraticabilidade de trocar sobrecartas, rubricadas pelos mesários?

— Você ignora do que são capazes esses homens que nos desgobernaram. Demais, a minha fonte de informação é seguríssima.

Não insisti. Calei-me. Sabia que Bernardes, homem que conhecia bem os homens, era, no entanto, de uma crença absoluta nos amigos, ainda que esses fossem absurdos nas suas confidências. Disse-lhe que estava à sua disposição. E ele falou:

— Quería pedir-lhe dois favores. Primeiro, que publicasse esta nota (e entreguei-me um papel escrito de próprio punho) em letras garrafais, em mancha de primeira página de O DEBATE. Segundo, que soltasse o jornal, agora, na parte da manhã. Não podemos perder um minuto.

— Como é a tomar as providências. E às onze horas O DEBATE estava na rua. Em tipos enormes, ocupando a metade superior da primeira página, vinha a bomba. Com o título: "Está com a palavra o interventor Benedito Valadares". Como subtítulo: "Já na hora, de fecharmos a presente edição recebemos, de pessoa insuspettíssima a seguinte informação". E depois: "Passou por aqui automóvel procedente do Palácio da Liberdade, conduzindo malas repletas de cédulas eleitorais do pleito de 14 de outubro e destinadas ao encontro das urnas. Pode denunciar o inominável escândalo. Provar o fato!"

— Seria impossível dar uma idéia da agitação provocada em Belo Horizonte, por essa notícia. Parecia que o mundo vinha abaixo. E uma coisa ficou desde logo estabelecida: Valadares ia processar-me. A noite, indo ao Grande Hotel ver Bernardes, encontrei-o cercado de vários amigos. Eufórico, agradeceu-me as providências, dizendo:

— Sabe, Paulo, que o interventor nos vai processar?

— Como, Presidente? Só há uma pessoa que responde pelo jornal, que sou eu. E, em nenhuma hipótese, aceitará que o senhor assumisse qualquer tipo de responsabilidade.

— Mas era inútil essa minha atitude. Ao saber que Valadares ameaçava processar-me, mandara dizer-lhe que ele, Bernardes, era o único responsável pela notícia, por ele próprio redigida, e que aguardava a oportunidade de provar em Juízo sua afirmativa. Será que poderia fazer isso? Seriam verdadeiras as informações que recebera de um amigo? Quem seria este? Nunca soube responder a essas indagações. Mas o fato é que Valadares jamais me processou, muito embora o meu secreto desejo de que o fizesse para que, de acordo com a lei, eu comparcesse a um tribunal ao lado de Bernardes, quando assumiria a total responsabilidade de tudo.

Augusto Frederico Schmidt pertenceu à roda mais íntima de Jackson de Figueiredo. Discorrendo do grande escritor e líder católico, disse-me certa vez: "Jackson era um homem afirmativo. Com ele não podia haver meio termo. Depois de ouvi-lo vinte minutos, a gente ficava na ponta de um dilema: ou era pro Jackson ou contra Jackson".

Conheci Arthur Bernardes, muito de perto. Formara-me em 1935 quando, em 38, fui por ele convidado para ser seu secretário particular. Eu me encontrava no Rio, proscrito por Benedito Valadares. O governador-interventor em Minas Gerais, em 37, fechara a Câmara Municipal de Belo Horizonte, na qual exercia o meu mandato de vereador, pela oposição, eleito sob a legenda do velho P.R.M.

— Aceitei o convite envidado e trabalhei junto do presidente, como o chamávamos, pelo espaço de mais ou menos três anos.

Foi aí que descobri melhor o homem a quem meu saudoso pai servira anos antes, primeiro integrando seu gabinete militar em Minas e depois sua Casa Civil, no quadriênio de 22 a 26, quando Bernardes ocupou a presidência da República.

— E me grato, portanto, recordar a singular figura que se gravou na minha memória de adolescência, mas da qual teria plena impressão só mais tarde, quando o acompanhei até a morte.

— Vi-o em casa, no lar, já despojado das insignias de presidente. Mas presidiu. Porque sempre presidiu. Homem simpático e polido, feito longilíneo, voz enrouquecida e ligeiramente anasalada, pituete sobre o nariz adunco, a calva discreta e sóbria, o que nele se destacava era a verticalidade natural do porte: do tipo natural que não fazia dele um "posseur". Era um chefe à moda britânica — a dos estadistas que combinam austeridade e elegância. Lento no falar, emudeciam-se os seus interlocutores, tamanho o prazer em ouvir-lhe a palavra sentenciosa e grave. Seu tema era, por assim dizer, um só — a Pátria. Conhecia-a profundamente e amava-a profundamente. Tudo quanto a ela se referia era por ele anotado a

Ora, nunca um conceito veio ajustar-se tão bem à personalidade de Bernardes, como este do poeta Schimidt sobre o pensador Jackson. Na verdade, Bernardes era um homem desse tipo, positivo, vertical, definido, inteiro, inconfundível. Impossível imaginá-lo faltando à verdade ou iludindo alguém, com meias palavras ou meios pensamentos. Ou era ou não era. Sem embargo, essa inflexibilidade de princípios como que se desmanchava através de um trato finíssimo, revelando o gentleman polido, atencioso, solícito. De uma crença profunda, era católico praticante. Patriota estrénuo, acreditava no Brasil e tinha fé no seu destino. E era de tal ordem esse patriotismo que, em busca de soluções endógenas para os problemas brasileiros, iria mais tarde, na Câmara dos Deputados, a que ambos pertenciamos, encontrar-se lado a lado com os marxistas, ainda que por motivos opostos, na proposição e na defesa das idéias nacionalistas. Homem culto, em permanente estudo dos temas e dos assuntos nacionais, sabia que o Brasil vale a pena. Daí o seu nacionalismo, que não era fruto da moda, nem nascia da improvisação. Vinha da década de vinte quando, presidente de Minas, se opusera virilmente ao monopólio e aos privilégios que a Itabira Iron pleiteava, com o apoio de grande parte da opinião pública, iludida pelos negocistas. Tudo a mostrar que sua filosofia política não era um pensamento sem da seguinte. Agora, o deputado Artur Bernardes, já valetudinário, com seus oitenta anos, batia-se incansavelmente a favor da Petrópolis e contra o convênio da Híliá Amazônica, que se propunha a internacionalizar a Amazônia. E era com profunda emoção cívica que o vimos, de cabelos brancos, ir de bancada em bancada, falando, pessoalmente, a cada um de nós, numa exaustiva catequese individual, a lutar, absurdamente fiel aos cânones de sua formação, com a obstinação de um Savonarola, na intransigente defesa da integridade de nosso território e na preservação de nossas reservas de ferro e petróleo. Até os comunistas, que ele sempre combatia, passaram a acatar esse intenerato homem de Estado, carregado de dias, que se dava de corpo inteiro a uma política que tinha o nacionalismo por princípio e o Brasil como finalidade.

A verdade é que, com Bernardes, se encerra uma época gloriosa da República, quando os homens eram singelos e a vida se pautava pela severidade dos costumes. Ele pertencia à geração extinta dos grandes estadistas republicanos que estimavam o bem do povo mais do que o seu favor. Depois dele, a República cal nas mãos dos intrigantes. E a Nação, entre inércia e estardalhaço, vai assistindo, com algumas exceções, ao pungente espetáculo dessa galeria de chefes inodoros, incolores, inspidos e submissos, como se tivessem dobradiças na coluna vertebral e adotassem por norma de conduta as palavras irônicas de Álvaro Moreira ao escrever que "a vida é de cabeça baixa".

Austero por natureza e probo por formação, os vaivéns da vida lhe foram pródigos em horas de tormenta e de esplendor. Tudo a lembrar, de certo modo, os contrastes e as contradições do velho colégio, onde enrijecia o caráter, o Caraca, com suas ruas sombrias e seus cumes abruptos, inundados de sol. O diagrama do seu destino haveria necessariamente de oscilar com as vicissitudes da ordem republicana, até porque, não raras vezes, a República fora assaltada por ele, na sua dignidade política, no seu recolhimento cívico, na sua austeridade antiga. E que, em sua missão, havia qualquer coisa de epistolar: como Maomé queria curar a alma do povo e, como Cid, se opunha à sua opressão.

Se é verdade, como se lê em O GÊNIO DO CRISTIANISMO, que todo pensamento que não é um destorço a si mesmo; e se a vida, como escreveu Chateaubriand, na tormenta da velhice, só tem alguma nobreza em sua doutrina e na sua unidade, então se haverá compreendido a ressonância de Bernardes em nosso ementário histórico. Porque em sua vida havia uma doutrina: o nacionalismo; e uma unidade: o Brasil.

Assisti a dois episódios do maior relevo: seu encontro com Eduardo Gomes, famoso pela circunstância de ser a primeira vez que se viam, desde que a história os distanciara em 1922. Foi um dia de emoção em casa de Arthur Bernardes, quando um irmão meu, também militar, que promovera o encontro, anunciou haver o Brigadeiro lhe manifestado o desejo de conhecer pessoalmente aquele a quem combatiera na mocidade. A tarde lá caindo, quando chegou Eduardo Gomes. E nunca se me apagará da memória este trecho do longo e histórico diálogo que então mantiveram: — "Lamento que o senhor não tenha compreendido e tentasse bombardear o palácio que me abrigava". Isto dito no tom mais suave que se possa imaginar, falava Arthur Bernardes, comovido, porém sem nenhuma reação fisiológica que denotasse qualquer tensão maior. Ao que, também de modo lano e cortês replicou Eduardo Gomes: — "Coisas da mocidade, presidente". E assim se perdeu a conjugação de dois espíritos, dois altos espíritos, como também de duas grandes forças morais que haveriam de manter vivo o idealismo com que aqueceram acontecimentos posteriores, de cunho histórico, como seja o da candidatura do Brigadeiro à presidência da República.

O segundo episódio, pela sua igual importância, foi o que se relacionou com o lançamento do "Manifesto dos Mineiros". Estava assinado (e tive também a honra de o subscrever) quando Bernardes resolveu retirar sua assinatura. Meditara bem e não podia aceitar certo trecho do documento que lhe parecia tendencioso quanto à sua pessoa. Foi um susto geral. E de se imaginar o efeito dessa atitude, a repercussão que teria quando o manifesto, quase na rua, representava o petardo capaz



Sua constante boa presença e sua exemplar postura em todas as situações o fizeram admirado por seus contemporâneos.

A boa presença é uma prenda que faz bem vistos os homens. É um privilégio da Natureza. (Platão). É uma excelente carta de recomendação: Faces multa commendatio est (Sêneca).

Santo Antônio afirmou que, a postura exterior é argumento da formação da alma. Faz muito tempo que filósofos e médicos vêm ensinando e esforçando-se por provar que a Natureza põe e cria, na composição dos homens, certos sinais e notas extrínsecos das virtudes intrínsecas.

Não se interessava em ter numerosos amigos. A quantidade preferia à qualidade deles. De capital importância para qualquer pessoa é poder contar com amigos sinceros, de todas as horas, sempre os mesmos assim de perto como de longe, no verão e no inverno, na bonança e na tempestade. E estes não são muitos. São raros. Raul Soares, Clodomiro de Oliveira, Daniel de Carvalho, Ovídio de Andrade, Freitas Castro, Tristão da Cunha, Clóvis Salgado, Bruno de Almeida Magalhães figuravam entre os que lhe eram mais dedicados.

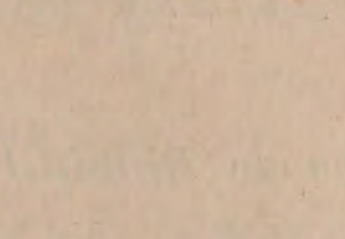
Pitágoras recomendava que não devemos ser amigos de todos. Grande, aquela lição do Ecclesiastes (Capítulo 6), quando nos aconselha que nós não confieemos nos amigos sem primeiro os experimentarmos por muito tempo. Não serve para amigo quem o pretender ser, mas aquele que o merece. A reciprocidade é a característica da amizade. Para haver reciprocidade é necessário que haja semelhança entre os amigos. A amizade só pode existir entre iguais. E o que dizia Quinto Cursio: Firmissima nisi inter pares amicitia.

Suas diversas qualidades de espírito e de coração, suas notáveis virtudes domésticas, sociais, cívicas e religiosas, sua grande inteligência e sua vasta cultura lhe construíram a boa fama que sempre teve, em vida, e que está sendo mantida, depois que entregou a sua alma a Deus. A boa fama é uma sombra, que segue necessariamente o corpo sólido das virtudes.

Quando escrevo estas linhas, é minha memória que chega aquelas palavras do Estóico: Da boa fama devemos fazer o máximo possível para muito enriquecermos, porque sobre ser para todos os homens a coisa mais preciosa, que podem possuir, é para os seus filhos a maior riqueza, que podem herdar.

Todas as coisas desta vida, quando muito duram, acabam com ela. Mas a glória de um bom nome ou de uma boa fama compete igualmente com a mesma eternidade. Boa é a saúde, mas termina quando exalamos o último suspiro. Boa é a vida mas "é curta demais para ser breve". Bom é o entendimento claro, mas há muitas ignorâncias com que lutar. Boa é a liberdade, porém o seu fruto demora a ser colhido, mesmo com os maiores sacrifícios. Boas são as riquezas, mas estão sujeitas aos assaltos e aos grandes prejuízos nos empréstimos

Estadista de verdade



de dinheiro a parentes e nos maus investimentos. Só a boa fama está livre destes perigos e sairá por toda a terra para semear, através dos tempos, a glória do morto.

Qual é a vida, tal é a fama, escreveu Petrarca.

Foi homem da verdade, porque ela alinha a terra, sustenta a justiça, governa a República, confirma o que é claro e aclara o que é duvidoso. Segundo Esquines, é uma força sem a qual a fortaleza é fraca, a prudência é malícia, a paciência é fingida, a humildade é traidora.

Quanto mais oprimida, a verdade mais direita se levanta. Bernardes pode sentir o acerto destas palavras, por ocasião do episódio da carta-falsa, escrita com a malévola intenção de indispor o contra o Exército Nacional. Então, verificou que aqueles, que a verdade defende, tarde ou cedo os salva. E, conhecedor profundo da História, deveu ter voltado a sua lembrança para certos casos acontecidos, séculos atrás. Por exemplo, com Cícero e com Aristóteles. Cinquenta vezes, em diversas ocasiões e por diferentes delitos, Cícero foi acusado entre os Romanos, mas em todas, saiu livre. Noventa vezes, Aristóteles foi submetido a julgamento, entre os gregos, e, em todas, foi declarado sem culpa.

Lutador, venceu todas as dificuldades que encontrou nos dias de sua abençoada existência. Lutar, lutar sempre foi a sua razão de ser. O seu tema. Aprender, de Herbart, que "a luta é o trabalho eterno do direito". E, de Goethe que "só deve merecer a liberdade e a vida quem para as conservar luta constantemente". Mas sobressaltu foi mesmo na luta pelo direito, considerando o direito como "a condição da existência moral da pessoa", conforme a lição de Rudolf Von Jhering.

Sempre armado com a verdade e com o direito, foi um homem corajoso. A sua coragem não se confundia com a temeridade. Procedia da tranquilidade de espírito e de consciência de quem não tinha contas a ajustar com ninguém, aqui na terra. Não tendo medo algum, nunca se atemorizou diante de ameaças, partilsem de onde partissem.

Quando candidato à Presidência da República, dele diziam que não seria eleito. Vitorioso nas urnas, gritavam seus rancorosos adversários que ele não tomara posse do cargo para que fora escolhido pela maioria do eleitorado brasileiro. Epitácio Pessoa chegou a falar que ele seria deposto 24 horas depois de assumir o governo. Empossado, a gritaria foi maior: ele não governaria o Brasil. E o governo com aquela extraordinária superlindade moral, que o levava a enfrentar as asperas da campanha eleitoral e a desafiar os ataques do "Correio da Manhã", jornal que, com as suas mentiras, pretendia jogar as Forças Armadas contra ele.

Homem da verdade e do direito, gozando de boa fama, dono de um grande nome, conhecido pela composição de suas atitudes e pela verticalidade do seu caráter, lutador, contando com a

solidariedade de amigos sinceros e de todas as horas, a Política tinha mesmo que atrelar-se a fim de trabalhar pela promoção do bem-comum durável, para a promoção do bem humano da Comunidade a que pertencia.

Advogando na sua Viçosa, vivia sem ambição, sem o desordenado apetite de chamar a atenção do povo sobre a sua pessoa, de lograr postos, de subtrair mandos e de chegar ao governo, ainda que fosse o municipal. Mas possuía todas aquelas qualidades que os Antigos exigiam de um cidadão para bem governar a República: que tenha sido de vida justa, desde a infância (Platão); que seja vigilante guarda das leis (Cícero); que seja varão forte (Filon); que tenha experiência (Terêncio); que seja diligente (Homero); que tenha boa presença (Lucrécio); que seja apto para o ofício e não o ofício para ele (Isócrates); que não seja ambicioso (Clemente de Alexandria); que não seja tímido (Xenofonte).

Administrando, com escrupulo, a coisa pública no seu Município, habituou-se para merecer a confiança do eleitorado mineiro, que o elegeu para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, de onde saiu para dirigir a Secretaria da Fazenda do Estado. Nenhuma ocupação necessita de mais experiência, exercício e aptidão, que a do governo. Tendo todos esses requisitos, Artur Bernardes deveria chegar, um dia, como realmente chegou, ao Governo do nosso Estado. E do Palácio da Liberdade caminhou para o Palácio do Catete, de onde presidiu a República. Não corria atrás das honras. Elas é que o perseguiram.

De degrau em degrau, foi subindo as escadas do Poder, sem que pretendesse conquistar as posições, que lhe foram confiadas pela soberana vontade popular. Ele bem sabia que os que pretendem levem ser totalmente excluídos, porque nenhum mais incapaz do governo que aquele que, com maior ânsia, o procura. Basta pretendê-lo para não merecê-lo. É mais digno de ocupar um alto posto quem o não procura. Quem o roga, se faz indigno dele. Ladrão é de dignidades quem não entra nelas pela porta do merecimento e espera entrar por interesses.

Se conhecessem melhor a responsabilidade e o peso dos altos cargos públicos, muitos homens os não pretendiam nem os apeteceriam com tanta fome de vanglória. Muitos políticos são ambiciosos, soberbos, néscios, cobiosos, imprudentes, jactanciosos. E, por isso mesmo se perdem. Principalmente porque não têm o conhecimento de si mesmos.

Raras vezes teve feliz sucesso a ambição de governar: Dominandi cupidum raro bonos habet eventus (Cícero, in Lib 3 De Officiis).

Enérgico no cumprimento dos seus deveres, de uma retidão no usar os meios para chegar aos fins, ele foi o grande defensor do princípio de autoridade, alma do governo e vida da República e fiador dos respetos devidos aos detentores do Poder. Sua fortaleza de ânimo foi mesmo extraordinária. Exposto a muitos perigos, foi intrepido e firme. Se o princípio de autoridade

não fosse tão bem defendido por ele, como foi, a anarquia se instalaria nos quartéis e reinaria no Brasil.

Não é para presidir à República aquele a quem o recelo embarga essa defesa. Ninguém pode nem deve desestimar seu ofício, nem deslustrar o esplendor de sua dignidade. E omissão vergonhosa deixar indefesa a autoridade.

Poucos, como ele, foram vítimas de tantas calúnias, objetivando o escurcimento de seu nome honrado. Mas, elas não impediram de cumprir, com nrio e altivez, os mandatos, que o povo lhe outorgou. Bem sabia que as mais hervadas setas das murmurações e das calúnias são atiradas contra quem governa o Estado ou a Nação. Quem ocupa os postos mais altos sempre está exposto a censuras injustas e imerecidas. Por todas as partes o morde a malignidade. Por mais que quide de acertar nos seus atos ou nos seus pronunciamentos, não conseguirá evitar as mais salgadas diatribes dos inimigos gratuitos e rancorosos.

Cousa impossível é consumir todas as maldades. O dente venenoso da maledicência não crava as suas iras nos pequenos. Sempre aspira infeccionar os mais bem situados neste mundo.

Os gênios mordazes não encontram em quem ofendem, mas defendiam assim mesmo. Procuravam manchas nos raios do sol ou derramavam uma noite de trevas sobre as luzes flamantes do melodrama.

Foi ultrajado, foi vilipendiado, foi apedrejado, foi crucificado. Mas venceu todos os impiedosos adversários, que lhe moviam guerra "sem trégua. Feito à imagem e à semelhança de Deus, à imitação de Cristo viveu dias de grandes sofrimentos, durante sua atribulada carreira política. Todos os dissabores, que tanto o magoaram, foram copiosamente recompensados por esplêndidas vitórias conseguidas no trabalho, sem pausa nem descanso, a favor do desenvolvimento e do crescimento econômico da Pátria, que ele muito amou e bem serviu. Inspirado pelo mais puro e mais sadio nacionalismo.

No seu tempo de Presidente da República, a nossa moeda era forte. A agricultura, nossa principal fonte de riqueza, cresceu na produção, abastecendo o mercado interno e pesando consideravelmente na balança de exportação. O café atingiu alturas impressionantes no preço com que era comercializado.

NO TEMPO DE BERNARDES... foi a expressão que, por dezoito e dezoito, significou uma época de euforia para os brasileiros. De um modo particular, para os agricultores.

ARTUR BERNARDES! A ele consagrar aquelas mesmas palavras com que me referi a Juscelino Kubitschek, em um discurso, que pronunciei na Câmara dos Deputados, no dia 13 de outubro de 1964: Enquanto houver homens, o adamará a fama. Enquanto houver Brasil se ouvirá seu nome, que viverá para sempre: Et nomen illius erit vivens in aeternum (Eclli, 37, 23).

Recordações de um secretário particular

Antônio Carlos Vieira CRISTO

lapis vermelho, sobretudo as coisas relativas às riquezas minerais, ponto crucial da campanha vil e baixa que lhe moveram as indefectíveis forças ocultas, embora não sejam tão ocultas assim. Mas não se limitava a anotar. Reunira quanto pudesse coletar sobre o assunto e, na tribuna do parlamento ou pelos jornais ou através de publicações, manifestava desassombadamente o modo de pensar, sempre em defesa de nossa soberania. Pode-se dizer que foi sem dúvida o precursor mais autorizado dessa política que está sendo seguida pelo atual governo, obediente à filosofia própria e prescrição constitucional, isto é, de não permitir-se malbaratar os fundamentos do patrimônio econômico-financeiro da Nação, representado pela riqueza do subsolo. Nisso foi infatigável. Fez desse programa o lema de sua vida pública, o que lhe custou provações de toda ordem. Pois é sabido o que sofreu na carne pela resistência que no governo opôs às investidas de fabulosos interesses.

Homem de fé, nunca o vi prostrado. Acedia às esperanças às vezes um tanto desfaçadas dos velhos e infundia nos moços a convicção da transitoriedade dos homens, que nas posições sempre nos parecem eternos. Lembra-me Bernardes rodeado da juventude política daqueles dias getulianos (Virgílio, Afonso Arinos, Daniel de Carvalho, Paulo Pinheiro Chagas e outros) aos quais costumava cortar a natural ansiedade com os acontecimentos, dizendo-lhes dede em riste: — "os senhores não têm experiência".

Tinham experiência, não tanto quanto a do velho presidente, como não lhes faltavam talento e galhardia. Mas o que Bernardes queria com essa expressão era mitigar-lhes o fogo e conter-lhes o justo e natural apodamento.

Assisti a dois episódios do maior relevo: seu encontro com Eduardo Gomes, famoso pela circunstância de ser a primeira vez que se viam, desde que a história os distanciara em 1922. Foi um dia de emoção em casa de Arthur Bernardes, quando um irmão meu, também militar, que promovera o encontro, anunciou haver o Brigadeiro lhe manifestado o desejo de conhecer pessoalmente aquele a quem combatiera na mocidade. A tarde lá caindo, quando chegou Eduardo Gomes. E nunca se me apagará da memória este trecho do longo e histórico diálogo que então mantiveram: — "Lamento que o senhor não tenha compreendido e tentasse bombardear o palácio que me abrigava". Isto dito no tom mais suave que se possa imaginar, falava Arthur Bernardes, comovido, porém sem nenhuma reação fisiológica que denotasse qualquer tensão maior. Ao que, também de modo lano e cortês replicou Eduardo Gomes: — "Coisas da mocidade, presidente". E assim se perdeu a conjugação de dois espíritos, dois altos espíritos, como também de duas grandes forças morais que haveriam de manter vivo o idealismo com que aqueceram acontecimentos posteriores, de cunho histórico, como seja o da candidatura do Brigadeiro à presidência da República.

O segundo episódio, pela sua igual importância, foi o que se relacionou com o lançamento do "Manifesto dos Mineiros". Estava assinado (e tive também a honra de o subscrever) quando Bernardes resolveu retirar sua assinatura. Meditara bem e não podia aceitar certo trecho do documento que lhe parecia tendencioso quanto à sua pessoa. Foi um susto geral. E de se imaginar o efeito dessa atitude, a repercussão que teria quando o manifesto, quase na rua, representava o petardo capaz

de abalar a ditadura getuliana, que se prolongava. Vem Dário de Almeida Magalhães, amigo de Bernardes, e um dos redatores do manifesto, vêm muitos outros amigos e apelam para o presidente que mantenha sua assinatura.

Após longas horas de conversações, Arthur Bernardes concordou em manter o nome no documento, com uma condição: lançar-se-lhe outro manifesto, que ele subscreveria nos termos que ele julgasse convenientes, ainda que o fizesse isoladamente. E aí que Dário redigiu novo manifesto, que é assinado por Bernardes e muitos outros, mas não é publicado, de vez que o primeiro, a essa altura, já circulava com larga repercussão pública, principalmente no seio do governo, que nele, aliás, não acreditava.

Era isso que caracterizava a forte personalidade de Arthur Bernardes, apertadamente, pode-se dizer, contraditória. Era um chefe porém ao lado de seu poder de comando entrevia-se a doçura do trato, a polidez das maneiras. Nunca elevava a voz, não agredia, mas não transigia em matéria de lealdade, que ele queria clara e definida.

Católico de frequentar os sacramentos, não só se entregava costumeiramente às práticas religiosas, como também estimava que assim o fizessem todos da família, a um dos quais, mais retraído dessas práticas, dizia habitualmente aos domingos: — "Oco, hoje é dia de missa. Se que você não vá, mas avise-lhe o meu dever de católico".

E de algum que lhe falara ter visto Getúlio Vargas conservar-se de pé, no momento da elevação, em mais de um ofício religioso a que comparecera, ouvi de Arthur Bernardes este comentário: — "Coitado, não tem fé".

Finalmente educado, é verdade o que se dizia do seu hábito de não cruzar as pernas. Nem em casa, onde nunca o vi de pijama, como também jamais o surpreendi sem gravata ou sem paletó.

A propósito de sua natural postura, aliás muito comentada de, quando sentado, não cruzar as pernas ou abandonar o corpo nas cadeiras que ocupasse, conta-se interessante fato ligado à sua prisão em Viçosa, em 32, e consequente transferência para Belo Horizonte. O delegado que o acompanhava, mais moço do que ele, orçando pela casa dos cinquenta, trouxe-o de diurno, bitola estreita, os dois aboletados num duro banco de madeira. Passageiros do mesmo trem, entre os quais alguns amigos do presidente, contavam então que era um enlevo ver o presidente epumado, sentado em ângulo reto, naquele toco banco, tendo ao lado o guarda barrigudo e médio, olegante, escrancho no banco, pernas abertas e bamboles antes, puxando terveis rancos, enquanto Bernardes, bem composto, trazia sob os olhos o texto de um livro em francês.

Da sua finura de trato pode-se falar muito, porque era um "gentleman". A mim mesmo deu exemplo de sua esmerada educação, quando, em recuado tempo, era eu menino, e ele presidente, tive a simplicidade de ir vê-lo no Palácio do Catete, fazendo-o acompanhar de um soldado. Ora, naqueles idos um soldado, pela rigidez dos regulamentos, não podia aproximar-se de um general, muito menos de um presidente, senão com licença especial e assim mesmo guardando dez passos de distância. Pois bem. Espreitando o presidente, num dos cantos do palácio, dou com ele e mais do que depreessa lhe digo: — "Presidente, quero apresentar ao senhor esse soldado, meu amigo". O praça fi-

cou azul e branco, mas Bernardes democraticamente estendeu-lhe a mão, com um "muito prazer". O soldado, é bom que se diga, continuou soldado... sendo hoje general.

O que mais importa, porém, é ressaltar no homem o sentido da autoridade, a figura como que emoldurada pela aura presidencial, irradiando respeito, imponente, rígida, sem quebra do humano e do natural, que dele fazia em qualquer circunstância o primeiro entre estes. Pois é sabido aquele fato passado no velho e já agora nem sempre lembrado Grande Hotel (hoje Edifício Maleta) e que é o da entrada de Bernardes no salão de refeições, não trazendo consigo nenhum mandato, senão o título de ex-presidente. Mal pisou na soleira da porta — os hóspedes, todos os hóspedes — se levantaram num movimento só.

Com isso, não sei se terá dado, em pinceladas, o esboço do que foi Arthur Bernardes aos meus olhos.

Dele o que sei é que assinou um tempo e definiu uma época.

Patriota, amoroso da terra brasileira, sua vida pública foi coroada pela grandeza do sofrimento, que nenhum outro homem com as responsabilidades de governo experimentou neste País, só porque timbrou em preservar-lhe as riquezas, custasse o que custasse, sabendo-se como se sabe o que isso lhe custou.

E tão enranhado foi o seu amor ao Brasil, tão obsecado andou e viveu em serviço, que pôde escrever aquelas palavras de fogo em seu testamento, quando através delas pede contrito, perdão, por se ter votado mais à Pátria do que a Deus.

Toda uma vida dedicada ao Brasil

Fernando RIBEIRO

NASCIDO em Viçosa, a oito de agosto de 1875, Arthur da Silva Bernardes tinha de seus pais — Antônio e Maria da Silva Bernardes — apoio suficiente para lhe garantir sólida educação. Depois de ter conhecido a severa disciplina do Caraca e estudado em Ouro Preto, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, no ano de 1900. O jovem advogado, de volta à terra natal, não sabia que, ao iniciar sua vida profissional, chamaria para si um pioneirismo histórico, iniciado na Câmara Municipal de Viçosa e consagrado na Presidência da República.

Casa-se com Clélia Vaz de Melo, a 15 de julho de 1903. Através do casamento, torna-se herdeiro político do sogro, Carlos Vaz de Melo, várias vezes deputado-geral do Império e principal chefe político de Viçosa.

Substituindo o sogro na chefia da política municipal, elegese vereador pelo antigo Partido Republicano Mineiro (PRM), logo presidente da Câmara. Exerce, também, as funções de Agente Executivo, partindo, dessa época, para a jornada luminosa que o levaria ao Palácio do Catete.

Dotado de grande disciplina pessoal, obstinado na dedicação ao trabalho, inteligente e bem informado foi eleito deputado estadual e federal. Em 1910, o presidente de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão, entregou-lhe as altas funções de Secretário das Finanças, cargo que exerceu durante todo o quadriênio, retornando à Câmara Federal, em 1915.

Recebera do sogro o primeiro impulso, mas logo adquiriu prestígio próprio. Ultrapassou o nível municipal e, com rapidez, tornou-se um dos mais importantes nomes da política estadual. Em 1917, candidatas-se à presidência de Minas Gerais.

O presidente de Minas

Eleito, soube cercar-se de auxiliares que formavam uma verdadeira constelação de homens públicos, entre os quais se agigantou logo a figura de Raul Soares, de impressionante energia cívica e admirável bravura pessoal. Bernardes, homem absolutamente firme na ação, queria governar o Estado pela técnica da vigilância, notabilizando-se pelo atendimento das reivindicações populares, dentro da linha de austeridade política e administrativa que impusera ao seu governo, culminando da expansão econômica mineira. Foi tão fecunda a sua administração que logo se impôs à admiração do País, que passara a contar nele um estadista, padrão novo de atividade incomum no trato da coisa pública e na defesa dos interesses nacionais. Por exemplo: Durante seu governo, verificando que a redação do contrato que iria assinar com a Itabira Iron, que deveria tornar obrigatória a construção da siderúrgica, não fora adotada, ou seja, o verbo "deverá", que iria preceder à obrigação, permanecia substituído na minuta inglesa pelo verbo "poderá", que, não criando compromisso, transformava em facultativa a obrigação, Arthur Bernardes não só se recusou a assinar, como denunciou o acordo como antipatriótico e declarou-se nacionalista, defendendo o ponto de vista de que os contratos com empresas estrangeiras deveriam ser feitos, deixando manifestos os benefícios que traziam ao País.

O caminho

Morrera o presidente Rodrigues Alves, sem tomar posse e, de acordo com a Constituição de 1891, o vice, Delfim Moreira, convocou novas eleições.

O clima político era favorável a Rui Barbosa, Artur Bernardes e Altino Arantes, tendo o líder do Estado de São Paulo, Alvaro de Carvalho, tentado tomar a iniciativa do lançamento da candidatura de Bernardes, que já contava com a maioria naquele Estado e em Minas Gerais. Porém o presidente mineiro recusou de ser candidato. Considerava-se inexperiente, julgava-se não ainda preparado para exercer a Presidência da República,



Bernardes e seu Ministério, após a posse

preferindo concluir seu plano administrativo à frente do governo de Minas.

Na sucessão de Epitácio Pessoa, o nome de Bernardes logo se impôs em todos os Estados da União (apenas o Rio Grande do Sul protestava contra o processo da apresentação da candidatura de Bernardes, sem, entretanto, impugnar o seu nome), tendo, porém, o cargo de vice-presidente provocado uma das mais apaixonantes campanhas da História Política do Brasil.

Como disse o poeta: "a vida é cheia de alegrias e de tristezas". Da fortaleza de ânimo com que sempre se conduziu diante das horas extremamente graves de sua existência, é exemplo empolgante o célebre episódio das cartas apócrifas ou, segundo a linguagem fixada com argúcia admirável pelo povo, cartas falsas. Ensaaiando, por conta de terceiros, um golpe audacioso contra a candidatura Bernardes à Presidência da República, um jornal de grande circulação no País publicou, como se fossem verdadeiras, as cartas atribuídas ao punho do presidente de Minas, nas quais havia alusões e referências sumamente desairosas às classes armadas e a um dos seus chefes. Foi, como se diria, em recursos de guerra, tremenda "bomba" política, por cujo terrível impacto poderia sucumbir a candidatura.

Negando, como negou, de pronto, a autoria do absurdo, natural seria que a palavra, emitida por quem podia emití-la, seguro de sua honradez, acima de qualquer dúvida, fosse logo respeitada. Assim não aconteceu, apesar de as provas da falsidade serem terrivelmente esmagadoras: a origem suspeita na publicação dos papéis, a contradição de datas, o material usado, o fim infame a que se destinava a manobra, tudo demonstrava o estelionato político.

Mas Arthur Bernardes não se dispunha a ceder. Católico ao extremo, era, nas palavras de Neves da Fontoura, "religioso como um espanhol da Idade Média". E como acentuou Virgílio de Melo Franco: — "Sup-



A última visita de Arthur Bernardes a Viçosa

nhase — e dizia aos seus amigos — um predestinado, um enviado de Deus, para desempenhar uma alta missão". Místico, energético, vontade de ferro, Bernardes tinha fé. Acreditava na sua tarefa e sentia-se mártir. Devia prosseguir, vencer a infâmia, até que pudesse desincumbir-se de sua missão. Minas lhe daria apoio na pessoa de seu sucessor e amigo, Raul Soares. São Paulo, além de fiel à palavra dada, não pretendia demonstrar fraqueza, mudando de atitude por pressão dos adversários. De Epitácio Pessoa, uma só promessa: se Bernardes fosse eleito, o presidente, pessoalmente, lhe garantiria a posse. Mais não era preciso. Arthur Bernardes continuava candidato e, a 1.º de março de 1922, elegeu-se o 12.º presidente da República.

Ainda sobre as cartas falsas, o próprio presidente Epitácio Pessoa percebeu que o presidente mineiro havia cometido um terrível erro ao aceitar uma comissão para, com auxílio de especialistas em grafologia, determinar a autenticidade ou não das cartas. Nela, seus inimigos eram maioria e o laudo a ser dado poderia condená-lo irremediavelmente.

Com efeito, a comissão afirmou que as cartas eram autênticas e que "entregava o caso ao julgamento do País". Por outro lado, clássicos da grafologia — o italiano Ottolenghi e o suíço Bischoff — declaravam falsas as cartas.

As dúvidas desfizeram-se a 24 de maio de 1922, quando inimigos de Bernardes foram a cartório para confessar a falsificação, dando abundantes provas de que falavam a verdade.

Na Presidência da República

Bernardes venceu a batalha política sempre confiante em seu patriotismo, defendido pela serenidade do seu caráter. A 15 de novembro de 1922, já sob o estado de sítio decretado pelo Congresso, assumia a Presidência da República.

Aí estão as vastas jazidas petrolíferas, reservas imensas para a economia brasileira; aí está o respeitável complexo siderúrgico do País, que se agiganta, garantindo ao Brasil, cada vez mais, o aproveitamento completo de suas imensas reservas minerais; aí está a valentia nacional na abertura da Transamazônica, estrada que rasga um oceano verdejante, rico de todas as formas, ligando, integrando,



colonizando e defendendo uma grande parte deste nosso Brasil; aí está, finalmente, o movimento de reconstrução nacional, conduzindo o País aos caminhos que o levarão ao concerto das superpotências.

É a consagração do idealismo político, da fé nos princípios morais do nacionalismo imbatível de um grande estadista brasileiro, cujo centenário de nascimento se comemora hoje: Arthur da Silva Bernardes.

triotismo que se diria de fachada. Seu amor à Pátria era a resultante de sincera e profunda convicção, posta, invariavelmente, à prova de decisões, de atitudes abertas, francas, irrevogáveis", continua Martins de Oliveira, ao traçar o perfil moral de Bernardes.

É com este patriotismo que Bernardes se apresenta na Câmara Federal, em 18 de junho de 1937, para defender as jazidas de minério nacionais, tendo feito, dentre outras afirmações, as seguintes: — "A Câmara tem diante de si a mais delicada questão que se lhe tem posto, desde que o Brasil se separou politicamente de Portugal. É a questão do nosso minério de ferro. É o contrato da Itabira Iron. É a concessão perigosa e gratuita a um sindicato estrangeiro do monopólio do mais rico comércio de todo o mundo..."

Em 1950, quando comentários políticos internacionais envolviam a Amazônia brasileira, pretendendo entregá-la aos interesses mundiais, Bernardes afirmava na Câmara Federal: "...O Instituto da Hileia não é um caso de ninguém, nem é questão partidária, mas nacional. É o Brasil em causa... Aprovar o convênio e consumir o desmembramento da Amazônia, ferir a soberania brasileira e separar do Brasil mais de um terço do seu território".

O petróleo, base de riqueza e de esperanças para este País, encontrou em Bernardes o seu ardoroso defensor, já que ele antevia a importância daquela fonte de energia, adormecida no subsoilo brasileiro, e assediada por interesses internacionais.



Arthur Bernardes, com sua esposa Clélia Vaz de Melo Bernardes, seus filhos, genro e netos

tíssimo, o mordomo absolutamente fiel dos dinheiros do País. Apesar dos entraves tremendos de ordem política, derivados das agitações contínuas desabadas sobre o País, soube, com segurança, velar pelo tesouro nacional e, de tal maneira, se conduziu nesse ponto que ainda hoje é lembrado com admiração. Basta se diga, a título de exemplo, que corre ainda a recordação do poder aquisitivo da moeda nacional em seu tempo. Uma nota de quinhentos mil réis não era encontrada facilmente e dava a seu portador o sinal de abundância. Com ela, faziam-se despesas, tidas por extraordinárias ou incomuns".

O patriotismo de Bernardes

— "O presidente Bernardes tinha em altíssimo grau o sentimento de patriota. Não o patriotismo mais ou menos convencional de palavras, patriotismo de exaltação lírica, pa-

Um homem de fé

Educado nos Evangelhos desde o berço, tinha o presidente Bernardes, na sua formação cristã, um

ponto alto, altíssimo, como disciplina de ação. Ele deixou um pequeno testamento espiritual, assim comentado, de modo grandioso, por Dom Oscar de Oliveira, Arcebispo Metropolitano de Mariana: — "Todo homem sensato tem consciência de suas falhas e limitações. O cristão, confiante na bondade de Deus, pede-lhe perdão, repousado por inteiro em sua infinita misericórdia. Aconselha-nos o Salmista: "Provai e vede como o Senhor é bom; feliz quem nele põe sua esperança" (Salmo 33, 9). Pois o presidente Bernardes deixou-nos um breve testamento espiritual, que foram as últimas palavras, escritas de seu punho. Um testamento de fé e de humildade sinceras. Uma reflexão sobre o fim do homem, que é Deus, para quem "devemos preferentemente viver... a quem devemos dar contas". Reconhece-se não se ter dado mais a Deus, ao longo de seu viver. E, cômico de que lhe resta um pequeno de vida, implora aos bons amigos que o ajudem com a caridade de suas orações.

O que desce ao vale profundo da humildade recolhe com sabedoria todo o orvalho da graça de Deus. A misericórdia divina supera todos os pecados do homem arrependido. Se no errar patenteia a sua fragilidade, no reconhecer seus erros e arrepender-se deles, com leal propósito, o homem dignifica-se, eleva-se e se enobrece.

Deixemos que o próprio presidente Bernardes fale de sua fé e esperança cristãs. Na pequena estampa-lembrança de sua morte, anunciada ter sido piedosa, à primeira página vem a imagem de Cristo em agonia

no Horto, à segunda a efígie do presidente e à terceira estas palavras suas, que nos sirvam, agora, de meditação e, sobretudo, de estímulo a mais afeiçoado culto de Deus: "O fim do homem é Deus, para o qual devemos preferentemente viver. Eu, porém, vivi mais para a Pátria, esquecendo-me dEle. A Ele devemos contas do uso que aqui fizemos da nossa vida, e eu a tive longa. Recuso de não poder resgatar minha falta no pouco tempo que me resta, apesar de sua infinita misericórdia, peço aos meus amigos, correligionários de boa vontade, que me ajudem a supri-la com sua prece".

Na lonjura do céu livre de nuvens, as estrelas palpitam mais luzentes. Quando densas nuvens de invidias e despeitos, de malquerenças e ódios, de mal-entendidos e calúnias desaparecem, valores e virtudes de proeminente personagem podem luzir melhor no céu da História. Assim, é a estrela deste homem de fé, que foi o grande presidente Arthur da Silva Bernardes".